

VOZ OPERÁRIA

Nº 402 — RIO DE JANEIRO, 25 DE FEVEREIRO DE 1956

DETER A OFENSIVA ENTREGUISTA

O sr. Juscelino Kubitschek comemora o primeiro ano de seu governo com um ato de vilipêndio da soberania nacional: o acordo para a instalação de uma base norte-americana de teleguiados em Fernando de Noronha. Isto significa que, após escalar o poder com o apoio do povo e com este apoio conseguir empossar-se e manter-se no governo, o atual Presidente da República, sob pressão interna e externa, tenta, agora, voltar as costas à nação e amparar-se nas armas e nos dólares dos círculos imperialistas dos Estados Unidos.

De fato, o governo do sr. Kubitschek acaba de dar um passo gravíssimo. Ao ceder Fernando de Noronha para a instalação de uma base norte-americana de armas ofensivas, o governo envolve o Brasil nos dispositivos montados pelos militaristas do Pentágono para a agressão contra os povos que não querem submeter-se à dominação dos trustes de Wall Street. O ministro do exterior, sr. Macedo Soares, que desempenhou nas negociações verdadeiro papel de "quising" nem sequer tentou esconder nas declarações aos jornais, o caráter do ajuste concluído com os Estados Unidos. Trata-se, segundo o ministro teleguiado, de alinhar imediatamente o Brasil ao lado dos EE. UU. imperialistas, na previsão de uma guerra na África — isto é, da guerra que se procura acender no bôjo da "doutrina Eisenhower" para o Oriente Médio.

NINGUÉM desconhece que a atual política norte-americana em relação aos países árabes é uma política de colonização e agressão guerreira para levar os monopólios dos EE. UU. a "preencherem o vácuo" deixado pelos monopólios anglo-franceses que estão sendo expulsos daquela região. E é no quadro desta política infame, e para a sua concretização, que o governo do sr. Kubitschek cede bases em nosso território aos EE. UU. Contribui, assim, para a opressão de povos que, como o nosso, aspiram à plena independência nacional e, ao mesmo tempo, ameaça a nossa própria soberania e expõe nosso país, como beligerante, às consequências de qualquer guerra desencadeada pelo imperialismo yanque.

O acordo sobre Fernando de Noronha foi arrancado sob uma dupla chantagem. Chantagem dos norte-americanos, com a provocação de que a guerra estaria iminente, para impor suas exigências ao governo bra-

sileiro; chantagem do grupo entreguista de dentro do governo, chefiado por Macedo Soares, ainda com a tese da guerra "iminente", para justificar a vergonhosa capitulação aos imperialistas de Washington.

NEM a guerra é "iminente" e inevitável, nem existe, de parte de nosso país, o menor interesse e qualquer conveniência em se atrelar ao carro de guerra dos Estados Unidos. O interesse nacional é o de assegurar a paz, único clima que pode garantir o desenvolvimento econômico e político a que aspira o nosso povo. O Brasil não poderá contribuir para a paz mundial envolvendo-se nos dispositivos militares e agressivos dos que procuram atear o incêndio da guerra.

Do mesmo modo não podem florescer as aspirações de liberdade e democracia alimentadas por todo o nosso povo dentro desta política de capitulações ao imperialismo norte-americano, incendiário de guerra. No bôjo do acordo sobre Fernando de Noronha já estão à vista medidas reacionárias contra as liberdades constitucionais, como o fechamento e as ameaças de fechamento de entidades democráticas e populares.

E Fernando de Noronha não é o fim das exigências yanques em nosso país, mas o início de uma série de imposições colonialistas. Os generais do Pentágono já falam, agora, da cessão de outras partes do território brasileiro para a instalação de seus dispositivos militares: a ilha da Trindade e Rocas, costas da Paraíba e de Alagoas, etc.

POR tudo isto, o povo não pode consentir, em nenhuma hipótese, que o governo do sr. Kubitschek avance um passo, sequer, no caminho de concessões ao imperialismo norte-americano pelo qual está enveredando. Nosso povo deterá, a ofensiva entreguista. Não consideramos o acordo sobre Fernando de Noronha um fato consumado. Se se unem todos os patriotas, de dentro e de fora do governo, se desencadeiam uma vasta campanha nacional de esclarecimentos e de protestos, o Parlamento poderá derrubar, ainda, o acordo infamante. O governo não poderá resistir a esta resistência ativa do povo organizado contra o retorno à política de subordinação aos planos de guerra norte-americanos, política que desmoralizou sucessivos governos e levou um Presidente da República ao suicídio.

ATAQUE, E NÃO DEFESA

Sob o esfarrapado pretexto de "defesa continental", fórmula que esconde os objetivos entreguistas e guerreiros, JK cedeu Fernando de Noronha, parte inalienável do território nacional, aos belicistas do Pentágono. Mas não se trata de nenhuma defesa. Trata-se de ataque. Trata-se de enquadrar o Brasil na "Doutrina Eisenhower", plataforma colonialista e agressiva contra os povos árabes que lutam por sua completa independência, contra o continente africano e contra a própria América Latina. Não querem os brasileiros, contudo, que o nosso solo sirva de trampolim de agressão. Não abriremos mão de nossas conquistas no terreno patriótico e de nossas tradições pacíficas. A causa dos povos árabes é a causa do Brasil: luta pela independência, direito de dispor de suas riquezas e do produto do seu trabalho, direito de viver de acordo com a forma de vida ou o regime que escolherem. NA FOTO, vista de Fernando de Noronha, a ilha do litoral brasileiro que os agressores yanques querem transformar em base de agressão de foguetes teleguiados.



Exijamos a Anulação do Acôrdio De F. Noronha Pelo Congresso

- OS OBJETIVOS DA CESSÃO DE BASE PARA TELEGUIADOS
- OS PERIGOS QUE AMEAÇAM NOSSO POVO
- A CHANTAGEM DA «AGRESSÃO EXTERNA»
- A CESSÃO DE BASES E A «DOCTRINA EISENHOWER»

BOLETIM DE DEBATE

ARTIGOS DE:

- ★ Agildo Barata: Pela Democratização do Partido
- ★ João Amazonas: Salva-guardar a Unidade do Partido, Primeiro Dever do comunista



Resolução do Comitê Regional de Minas Gerais do P. C. B.

NESTE NUMERO

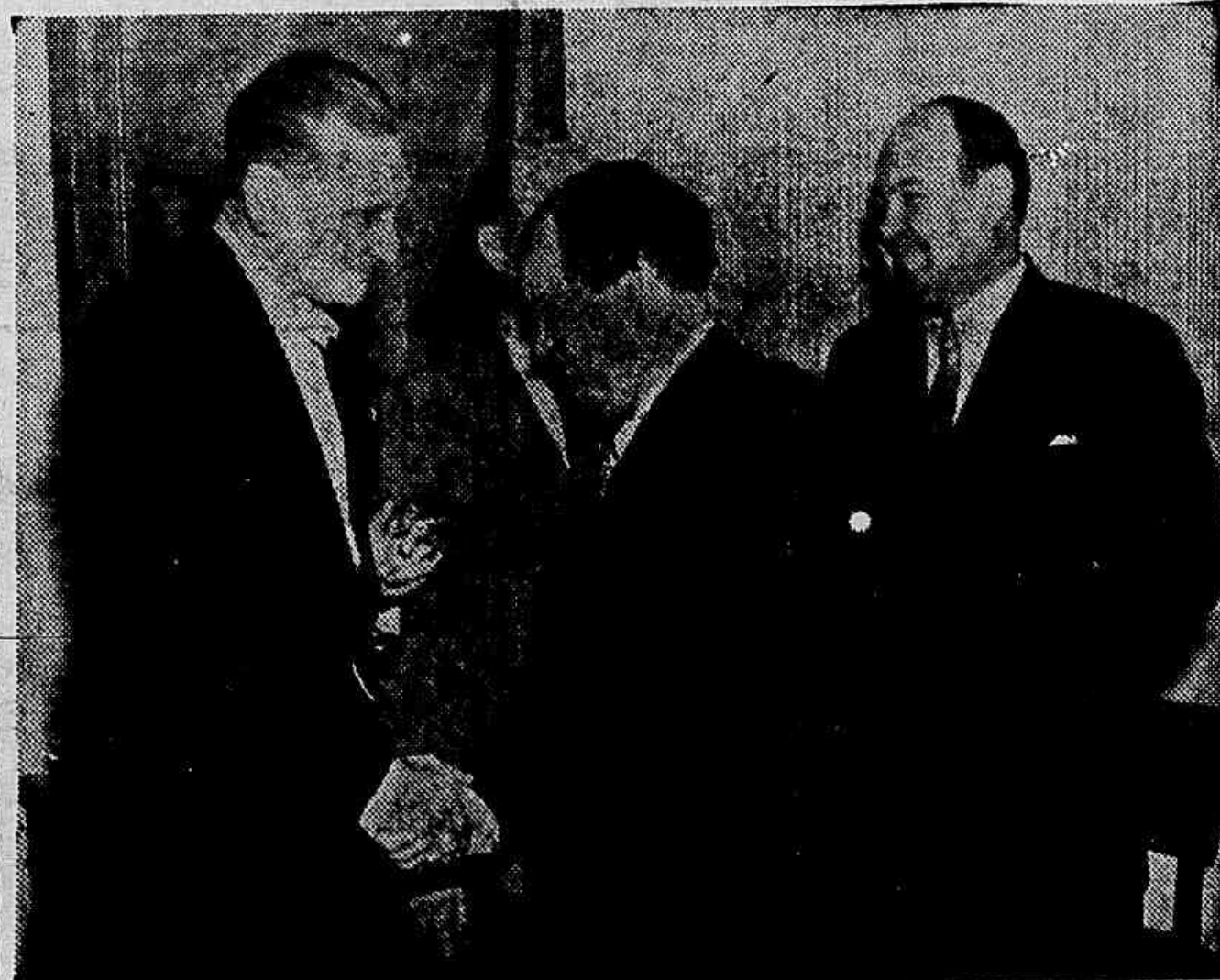
1956: CAIU EM 10% A RENDA AGRÍCOLA EM SÃO PAULO
(Página 9)

★
PROVOCAÇÕES ANTICOMUNISTAS PARA ABRIR CAMINHO A REAÇÃO E AO ENTREGUISMO

(Página 3)

★
PRESSÃO IANQUE VISANDO O FECHAMENTO DA IMPRENSA POPULAR

(Página 3)



MAESTRO BRASILEIRO REGE NA URSS

★
O intercâmbio cultural, fator de melhor conhecimento e compreensão entre os povos, desenvolve-se entre o Brasil e a URSS à margem do nosso governo que vem na chefia do Itamarati conhecidos entreguistas e inimigos de nossa soberania. Eis no clichê a documentação de um significativo passo para melhores relações entre os dois países. O maestro brasileiro Edoardo de Guarnieri, depois de reger a Orquestra Sinfônica Estatal da URSS, na Sala Tchaikovski, é cumprimentado pelo músico soviético K. Ivanov. O regente brasileiro apresentou em Moscou obras de Brahms, Wagner, Manuel de Falla e do compositor brasileiro Guerra Peixe. O concerto constituiu enorme sucesso artístico (TASS).

Declaração Conjunta Sino-Soviética

Uma delegação governamental da República Popular da China, liderada por Chu-En Lai, Presidente do Conselho Administrativo e Ministro das Relações Exteriores da R.P.C., esteve em visita fraternal à União Soviética de 7 a 11 de janeiro e, posteriormente de 17 a 19, de 1957, a convite do Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Durante sua estada na URSS a delegação governamental da R. P. C. e as pessoas que a acompanharam visitaram Moscou, Irkutsk, Omsk, Tashkent, e inspecionaram numerosas empresas industriais, fazendas coletivas, estabelecimentos educacionais, etc. Durante este período foram trocadas opiniões entre as delegações governamentais da União Soviética e da República Popular da China sobre importantes problemas da situação internacional, sobre questões relacionadas à ulterior consolidação e ampliação da cooperação fraternal entre os Estados socialistas e sobre o ulterior desenvolvimento de tal cooperação entre a União Soviética e a República Popular da China.

Participaram das negociações, pelo lado soviético, N. A. Bulgânin, Primeiro-ministro do Conselho de Ministros da URSS, N. S. Kruschiov membro do Presidium do Soviet Supremo da URSS e Primeiro Secretário do Comitê Central do PCUS, A. I. Mikoian, Primeiro Vice-Presidente do Conselho de Ministros da URSS, D. T. Chepilov, Ministro das Relações Exteriores da URSS, e P. F. Yudin, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da URSS na R.P.C. Assistiram às negociações pelo lado soviético N. T. Fedorenko, deputado do Ministério das Relações Exteriores da URSS, L. F. Ilychov, Membro do Collegium do Ministério das Relações Exteriores da URSS, e I. F. Kurdyukov, Chefe do Departamento para o Extremo Oriente do Ministério das Relações Exteriores da URSS.

Tomaram parte nas negociações pelo lado chinês Chu-En Lai, Presidente do Conselho Administrativo e Ministro das Relações Exteriores da R.P.C., Marechal He Lung, Vice-Presidente do Conselho Administrativo da R.P.C., Wang Chia Hsiang, deputado do Ministério das Relações Exteriores da R.P.C., e Liu Hsiao, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da R.P.C. na URSS.

Os encontros, conversações e negociações processaram-se em uma atmosfera de cordialidade, sinceridade e amizade.

1.

No decurso de uma completa troca de opiniões as duas partes demonstraram completa unanimidade de pontos de vista sobre a atual situação internacional e os principais problemas internacionais. Após a Conferência de Genebra de 1954, a conferência dos Quatro Chefes de Governo de 1955 e a Conferência de Bandung dos países afro-asiáticos, surgiu na situação internacional uma clara tendência para a distensão, e as idéias da coexistência pacífica entre estados de diferentes sistemas sociais começaram a prevalecer no pensamento dos povos.

Como resultado do ataque armado das forças agressivas do imperialismo contra o Egito e suas atividades subversivas na Hungria, a tendência do alívio da situação internacional encontrou fortes obstáculos ante a resistência destruidora dessas forças. Com o apoio dos Estados socialistas e de outros Estados e nações pacíficas do mundo, os povos do Egito e da Hungria saíram vitoriosos em sua heróica e resoluta luta. As conspirações dos círculos agressivos imperialistas sofreram mais uma derrota. Os imperialistas, entretanto, não podem conformar-se com tal situação e continuam em suas atividades subversivas e agressivas.

Os fatos assinalam que o desenvolvimento dos acontecimentos internacionais se processa através de longos e tortuosos caminhos. Todos os povos pacíficos do mundo devem estar constantemente alertas e preparados para travar uma luta consistente e prolongada contra as maquinacões agressivas das forças imperialistas.

Ambas as partes assinalaram que ao contrário da política de agressão e de guerra adotada pelos grupos monopolistas dos Estados Unidos, os países do campo socialista seguem constantemente uma política de soerguimento e de salvaguarda da paz mundial. Ao mesmo tempo existem muitos estados nacionalmente independentes, tão poderosos como a Índia, que seguem firmemente uma política de paz e de neutralidade. Não são poucos os estados na Europa e em outras áreas do mundo que também pregam a paz e a neutralidade ou que começam a demonstrar uma tendência para uma política deste tipo. As forças populares campeãs da paz e opositoras da guerra crescem diariamente em todos os continentes. As contradições e desacórdios no campo do imperialismo, oriundos da luta por fontes de matérias primas, por mercados e esferas de influência tornam-se cada vez mais profundas e aguçam-se dia a dia. Com exceção das forças agressivas de uns poucos estados imperialistas, os povos em todo o mundo desejam ardentemente a paz e erguem-se contra a guerra.

As forças pacíficas unidas dos estados socialistas, dos países nacionalmente independentes e de outros estados e nações pacíficas são imensamente superiores às forças dos blocos imperialistas agressivos. Se todas as forças pacíficas na arena internacional se unirem e juntarem seus esforços numa luta resoluta, todas as intrigas dos círculos agressivos do imperialismo fracassarão definitivamente.

2.

Ambas as partes observam que depois da derrota sofrida pela Inglaterra, França e Israel em sua agressão contra o Egito, o imperialismo americano está tentando aproveitar-se da situação existente a fim de substituir as potências coloniais — Inglaterra e França — no Próximo e no Médio Oriente, suprimir o movimento pela independência nacional e escravizar os povos destes países, bem como dar passos nestas áreas no sentido de implantar uma política de agressão e de preparação de guerra.

É exatamente a essência da chamada «Doutrina Eisenhower». Esta política colonialista dos Estados Unidos no Próximo e Médio Oriente cria novas tensões nesta área, recentemente arena de hostilidades decorrentes da agres-

são contra o Egito. Os governos da União Soviética e da República Popular da China, condenam firmemente esta política dos Estados Unidos e estão prontos para continuar dispensando o necessário apoio aos povos do Próximo e Médio Oriente, bem como a evitar agressão e interferência nos problemas dos países situados naquela área.

Com o objetivo de eliminar completamente as consequências da agressão imperialista ao Egito, ambos os governos concordam em que é necessário satisfazer às legítimas exigências do governo egípcio de completa indenização por parte da Inglaterra, França e Israel dos danos causados por seus atos agressivos.

Ambos os governos erguem-se resolutamente contra qualquer maquinacão imperialista visando a colocar o Canal de Suez sob «controle internacional» e são favoráveis a que a questão do livre trânsito de navios através do Canal deve ser fixada por meio de negociações entre os estados interessados à base de completo respeito à soberania do Egito.

Os governos da União Soviética e da China apolam ardentemente os países e nações da Ásia, África e América Latina em sua luta contra o colonialismo, pela conquista e consolidação de sua independência nacional, soberania e liberdade, progresso industrial e independência econômica.

Na luta contra a guerra, contra o colonialismo e na defesa da paz mundial os estados socialistas e os países nacionalmente independentes podem realizar uma completa cooperação, de acordo com os cinco princípios da coexistência pacífica. Os fatos demonstram que esta cooperação sincera já representou um papel importante nos atuais acontecimentos internacionais. A cooperação fraternal dos estados socialistas com os países que conquistaram sua independência nacional, deve ser efetuada respeitando-se tanto seus interesses nacionais mútuos quanto os interesses da paz mundial.

3.

As duas delegações governamentais assinalam que ao suprimir o movimento de libertação nacional e ao perpetrar a agressão contra as nações que conquistaram sua independência nacional, as fileiras agressivas do imperialismo não renunciaram às suas tentativas de realizar atividade subversiva contra os estados socialistas. O levante armado na Hungria foi provocado pelos círculos agressivos imperialistas e pelos elementos contra-revolucionários húngaros que se aproveitaram da insatisfação e dos erros cometidos pelos antigos dirigentes para com a classe operária e a juventude húngaras. Eles tentaram destruir o sistema socialista na Hungria, restaurar a ditadura fascista e conseqüentemente criar um foco de guerra na Europa. Por meio de sua conspiração na Hungria tentaram abrir uma brecha para a realização de seus planos de cisão dos estados socialistas e atirá-los uns contra os outros.

A rápida derrota das forças contra-revolucionárias pelo povo húngaro, ajudados pelo Partido Operário Socialista Húngaro e pelo governo Revolucionário Operário e Camponês assistidos pela União Soviética, é uma grande vitória da causa da paz e do socialismo.

No sufocamento da rebelião contra-revolucionária, com a ajuda do povo húngaro, a União Soviética cumpriu inteiramente o seu dever para com a classe operária da Hungria e para com os outros estados socialistas o que está inteiramente de acordo com os interesses da salvaguarda da paz.

Ultimamente as fileiras agressivas do imperialismo estão intensificando a guerra fria e efetuando atividades subversivas contra a União Soviética, contra o comunismo e contra a causa da paz. É necessário estar-se vigilante contra tais planos. A União Soviética e a China estão unidas com todos os estados socialistas por sua amizade fraternal e ligados por uma assistência mútua. Todas as ações provocadoras das forças agressivas visando ao solapamento dos estados socialistas se defrontarão com resoluta resistência.

4.

As duas partes reafirmam que o firme fundamento da política externa seguida pelos governos dos dois países é a realização do princípio da coexistência pacífica entre estados de diferentes sistemas sociais.

Ambas as partes assinalam com satisfação que a União Soviética e a China estão desenvolvendo relações de amizade e cooperação com muitos países à base dos cinco princípios da coexistência pacífica, e conseqüentemente promovendo a paz mundial.

A União Soviética e a China também procuram estabelecer coexistência pacífica com os Estados Unidos da América, e têm efetuado os esforços necessários neste sentido. Infelizmente, os objetivos dos círculos monopolistas americanos de dominação mundial, sua política de agressão e de preparação de guerra, impedem o desenvolvimento das relações internacionais e principalmente o desenvolvimento de relações entre a União Soviética e os Estados Unidos, e entre a China e os Estados Unidos. Os Estados Unidos estão praticando uma política hostil para com a República Popular da China. Apesar da política hostil dos Estados Unidos, a República Popular da China não só continua a existir, mas avança com sucesso pela estrada do socialismo, floresce e torna-se cada vez mais forte. Uma política tão pouco realista dos Estados Unidos para com a República Popular da China não só fere gravemente a causa da paz mundial como nada tem de benéfica para os próprios Estados Unidos.

As duas partes saúdam a restauração das relações diplomáticas soviético-japonesas, e acreditam que maiores esforços no sentido de normalizar as relações sino-japonesas serão feitos no futuro. O fortalecimento da amizade e da cooperação entre o Japão, a União Soviética e a China atende aos interesses não só da URSS e da República Popular da China, mas também aos interesses do povo japonês.

As delegações dos governos Soviético e Chinês reafirmaram seu apoio aos esforços dos povos da Alemanha, da Coreia e do Viet Nam no sentido da reunificação de seus países em bases pacíficas e democráticas.

Ambas as partes acreditam que todos os alinhamentos exclusivamente militares devem ser substituídos por um sistema de paz e de segurança coletivas. O Tratado de Varsóvia é

uma aliança militar defensiva que os países da Europa foram obrigados a estabelecer após a conclusão do pacto militar agressivo do Atlântico Norte. Os países do Tratado de Varsóvia advogam constantemente a abrogação dos pactos do Atlântico Norte e de Varsóvia e sua substituição por um tratado europeu de segurança coletiva. Os governos dos dois países erguem-se também em prol da abrogação dos pactos de Manila e de Bagdá e sua substituição por um tratado de paz coletiva na Ásia e no Pacífico.

Os governos da União Soviética e da República Popular da China acreditam que um acordo entre as grandes potências sobre o desarmamento é de primordial importância na atual situação internacional. O governo chinês expressa seu apoio às propostas de desarmamento do governo soviético de 17 de novembro de 1956 e acredita que a aceitação de tais propostas constituiria um importante passo no sentido do estabelecimento de compreensão e de confiança mútua entre todos os países, no sentido do fortalecimento da paz.

Os dois governos tudo farão no seu alcance para realizar um acordo sobre o desarmamento que atenda aos interesses vitais da humanidade.

5.

A estreita unidade e cooperação fraternal dos países socialistas é uma valiosa garantia para a salvaguarda da causa do socialismo e do fortalecimento da paz mundial. Nas condições presentes, quando os círculos agressivos imperialistas empreendem atividades subversivas e provocadoras contra os países socialistas, a maior consolidação da unidade e da cooperação entre os países socialistas torna-se particularmente importante.

Os países socialistas estão unidos pela idéia e pela causa do comunismo; por isso suas relações mútuas estão baseadas nos ensinamentos do marxismo-leninismo, nos princípios de internacionalismo proletário. Ao mesmo tempo os países socialistas são Estados independentes e soberanos e as relações estabelecidas entre eles estão baseadas também nos princípios leninistas de igualdade nacional. Tais relações entre os países socialistas representam um novo tipo de relações internacionais. Estas relações estão subordinadas aos supremos interesses — aos interesses da vitória na luta pela causa comum contra o imperialismo, da vitória na causa da edificação do socialismo nos diferentes países, da vitória na luta comum pelo triunfo do comunismo.

Ambas as partes acreditam que fortalecer e consolidar a unidade dos países socialistas à base dos princípios acima mencionados é o supremo dever internacional da União Soviética e da China.

Os planos insidiosos do imperialismo de especular com o chovinismo, com os sentimentos estreitos de nacionalismo e algumas sobrevivências de inimizade nacional, a fim de minar e cindir a unidade dos países socialistas, teriam no final das contas de ser considerados infrutíferos.

Não existem contradições essenciais e conflitos de interesses nas relações entre os estados socialistas. Ainda que, no passado, tenham havido alguns enganos e erros nestas relações, no presente elas são superadas e eliminadas. Estes erros e enganos não podem eclipsar o aspecto principal e fundamental das relações entre os estados socialistas — o da assistência e da cooperação mútuas. Os fatos confirmam que todas as questões de relações entre os estados socialistas podem ser solucionadas completamente à base da unidade, através de consultas francas e de discussão fraternal. É inteiramente possível em suas relações combinar a unidade dos países socialistas e a independência de cada país individualmente.

A Declaração do Governo Soviético de 30 de outubro de 1956 sobre os princípios para um maior desenvolvimento e fortalecimento da amizade e cooperação entre a União Soviética e outros estados socialistas, e a declaração do Governo Chinês de 1º de novembro de 1956 apoiando tal Declaração do Governo Soviético, assinalaram a necessidade do fortalecimento da unidade dos estados socialistas à base de completa igualdade, respeito a integridade territorial, a independência e a soberania e a não interferência nos assuntos internos uns dos outros. Ambas as partes expressam sua satisfação diante do fato de que os estados socialistas estão desenvolvendo e fortalecendo suas relações à base dos princípios acima mencionados e declaram que farão todos os esforços no sentido de fortalecer cada vez mais a cooperação fraternal entre os países socialistas.

6.

A amizade e a unidade da União Soviética e da China constituem um importantíssimo fator para a unidade dos países socialistas. As duas partes observam com profunda satisfação que desde a conclusão do tratado de amizade, aliança e assistência mútua entre a URSS e a China em 1950, desenvolveram-se grandemente as relações de amizade e de cooperação entre os dois países e que os povos dos dois países se uniram mais estreitamente durante esse tempo.

Os acontecimentos dos últimos anos demonstraram que a grande aliança entre a União Soviética e a China e a unidade inquebrantável destes dois países constituem um importante estelo da paz em todo o mundo.

A União Soviética e a China continuarão a tudo fazer para desenvolver as relações de assistência mútua e cooperação entre os dois países nas esferas política, econômica e cultural, e a esforçar-se no sentido de defender e fortalecer a unidade dos países socialistas, continuarão a unir-se às aspirações de todos os países e dos povos amantes da paz na luta por uma paz mundial duradoura.

O Presidente do Conselho de Ministros da URSS
N. A. Bulgânin
O Presidente do Conselho Governamental e Ministro das Relações Exteriores da República Popular da China
Chu En Lai

Moscou, 18 de janeiro de 1957.

Série de Provoações Anticomunistas Para Abrir Caminho à Reação e ao Entreguismo

Quem tenha um mínimo de conhecimento da política dos governantes norte-americanos em relação aos países que procuram submeter, não estranhará a onda de provocações anticomunistas que precedeu e se seguiu à cessão de parte de Fernando de Noronha aos Estados Unidos.

Atrás deste anticomunismo está, hoje como ontem, o mal deslavado entreguismo.

Para Abrir Caminho ao Entreguismo

A opinião pública não tomara conhecimento ainda das exigências norte-americanas para a instalação de bases em nosso país e já a imprensa ligada aos trustes se erguia, ofensiva, contra suposta infiltração "comunista" nas forças armadas.

Todos se recordam da campanha virulenta, de intrigas e calúnias, que foi desencadeada contra o general Teixeira Lott, contra diversos oficiais de tendências nacionalistas e contra a Frente de Novembro, particularmente a partir do mês de agosto (depois da adoção da nova política atômica pelo Conselho de Segurança Nacional). Apontados como comunistas eram todos os que, por sentimentos patrióticos, poderiam erguer-se contra as pretensões do governo e dos monopólios norte-americanos em nosso país.

Os Capítulos da Provação

Capitulando diante desta onda de provocações o sr. Juscelino Kubitschek chegou a

decretar o fechamento da Frente de Novembro, acusando-a de alimentar "propósitos subversivos" quando, semanas antes, ele próprio reconhecia o caráter democrático e constitucional daquela associação. Anteriormente já fora fechada a Liga de Emancipação Nacional, que teve papel destacado na resistência patriótica às exigências do governo norte-americano.

O segundo capítulo desta tentativa de desmoroamento da opinião pública para justificação de uma política de repressão e entreguismo foi o rio de provocações que se derramou pelo país a propósito da contra-revolução na Hungria. Até a vinda do "Honved", clube de futebol húngaro foi providenciada com intuíto de exploração política, apesar dos protestos da FIFA e da ameaça de uma exclusão da Confederação Brasileira de Desportos daquela entidade internacional.

No Caminho dos «Planos Cohen»

Quando foram reveladas as

conversações em curso entre o governo brasileiro e norte-americano sobre Fernando de Noronha a provocação anticomunista entrou pelo caminho já conhecido e desmoralizado dos "planos Cohens". O mais recente — mas não, provavelmente, o último — é a provocação, montada por certos jornais, como a "Tribuna de Imprensa" e "O Globo", de parceria com a polícia política de Santos, a propósito de sinistros ocorridos no porto paulista e com dois petroleiros, um na Guanabara e outro no Maranhão.

Na Guanabara incendiou-se, há duas semanas, o petroleiro Amapá, com carregamento de petróleo; pouco depois, houve um grande incêndio nos depósitos de óleo em Santos; outro incêndio verificou-se com o navio "Ioanema", que carregava a primeira partida de gasolina da refinaria de Manaus. Agora, os mais deslavados entreguistas, à frente o jornal de Carlos Lacerda, de conluio com o delegado de Janio Quadros em Santos, pretendem imputar aos comunistas a responsabilidade desses sinistros.

Sabotagem, Mas de Quem?

Poder-se-ia pensar em causas accidentais nesses desastres. Mas o fato de todos eles redundarem em prejuízos para a "Petrobrás" e, ainda mais, o aproveitamento deles para provocações no interesse dos trustes e do imperialismo norte-americano fazem supor realmente, a possibilidade de sabotagem. Mas sabotagem, é evidente, promovida pelos únicos e exclusivos interessados nela: os trustes ianques e seus agentes no país. A técnica "incêndio de Reichstag" é um método de que não abrem mão os fascistas de todos os quadrantes.

Esta é uma conclusão a que chegará quem quer que não sofra das faculdades mentais.

A QUEM INTERESSA?

De fato, a quem interessa a destruição das reservas de petróleo e a criação de dificuldades à Petrobrás?

Evidentemente, apenas aos entreguistas que, a pretexto da "crise de abastecimento de petróleo" apregoam a necessidade de modificar a lei da Petrobrás, de modo a permitir a participação dos trustes na exploração de nosso ouro negro.

A quem interessa, igual-

mente, sobressaltar a opinião pública com incêndios misteriosos e atos terroristas?

Unicamente aos fascistas e entreguistas que procuram desencadear a reação interna contra os comunistas e nacionalistas que se colocam à frente da resistência patriótica à cessão de bases militares e fontes de matérias primas ao imperialismo norte-americano.

Nenhum conto da carochinha, para encobrir provável dolo da "Standard Oil" no sinistro de Santos e nos outros, poderá negar esta evidência.

O OBJETIVO DAS PROVOCAÇÕES

O fato evidente e incontes-

DA CAMPANHA CONTRA A OFICIALIDADE NACIONALISTA A ENTREGA DE PARTE DE FERNANDO DE NORONHA AOS NORTE-AMERICANOS — DESMORALIZADO «PLANO COHEN» COM O INCÊNDIO DE DEPÓSITOS DE PETRÓLEO EM SANTOS

tável é que essas provocações anticomunistas se entrosam com as tentativas norte-americanas de impor, através de seus agentes no governo, uma política de reação e terror no país a fim de amoldar a opinião pública que protesta contra as pretensões colonialistas do governo de Washington e dos trustes e de expelir da própria administração os elementos que registram o papel de serviços do imperialismo ianque.

No plano desta política reacionária e antinacional se incluem medidas inconstitucionais como o recente fechamento da Federação das Mulheres do Brasil e da Associação Feminina do Distrito Federal, a tentativa de fechamento de outras enti-

dades democráticas, entre as quais a UNSP e as ameaças contra a imprensa popular.

Tudo isto demonstra que as capitulações ao imperialismo norte-americano, em qualquer terreno e por mais «razoáveis» que pareçam, se fazem acompanhar, sempre, de tentativas de reação política e social. Para impedir a reação política e a liquidação das liberdades democráticas é necessário, por isso, a mais ampla união de forças em defesa dessas mesmas liberdades e, igualmente, para uma resistência ativa às tentativas de concessões às exigências guerreras e colonialistas dos governantes e dos monopólios dos Estados Unidos.

PRESSÃO IANQUE VISANDO O FECHAMENTO DA IMPRENSA POPULAR

LIQUIDAR a imprensa democrática é um passo considerado essencial, pelos inimigos de nosso povo, para abrir caminho a uma ditadura abertamente a serviço dos imperialistas ianques no Brasil. São estes, aliás, que, agora, insistem, pública e clinicamente, em que seja dado esse passo, através das colunas de um seu portavoz tão autorizado como o "New York Times". Este órgão dos grandes monopólios reclama, com a inslência característica dos candidatos ao domínio mundial, que o governo do sr. Juscelino Kubitschek tome medidas para "fortalecer-se", pondo fim à "onda de comunismo e do nacionalismo malsãos". E a esta palavra de ordem responderam os teleguiados nacionais, promovendo o fechamento de organizações democráticas em funcionamento legal e reclamando a supressão dos órgãos da IMPRENSA POPULAR — precisamente em nome do anticomunismo.

Assim é que se volta a falar no fechamento da "Imprensa Popular" e da VOZ OPERÁRIA, bem como dos jornais populares dos Estados, além de outros órgãos democráticos, como "Emancipação", "Ora Marítima", etc. O coronel Luna Pedrosa, diretor da DOPS, em declarações à imprensa do Rio, informa que está "providenciando" os "meios" para cumprir a vontade dos que pretendem liquidar tão poderoso baluarte da defesa da soberania nacional e da democracia.

Não por acaso a nova ofensiva contra a imprensa popular coincide com a entrega de Fernando de Noronha ao Pentágono e com as novas exigências que Washington está fazendo ao Brasil. Os protestos contra o ato antinacional do sr. Kubitschek e a resistência crescente à tentativa de alienar cada vez mais nossa soberania e atrelar nosso país à política de «guerra à vista» referida pelo sr. Macedo Soares têm na imprensa popular um poderoso fator de estímulo e mobilização que alarma Washington. Daí a pressão da embaixada norte-americana, que está nos bastidores das recentes ameaças e providências contra os jornais democráticos.

Esses fatos constituem uma advertência a todos os patriotas e exigem a união e a mobilização de todos para deter

o golpe que se trama contra a liberdade de imprensa. Exigem, também, que não se deixem sem protesto todos os atos que contribuam para levar a água ao moinho dos inimigos da liberdade de imprensa, atos entre os quais se inclui o recente despacho do juiz da 9ª Vara, que negou anistia aos jornalistas processados pela lei de segurança em virtude da publicação, na "Imprensa Popular", do Projeto de Programa do PCB (1954). Embora a anistia votada pelo Congresso Nacional seja, em primeiro lugar, precisamente para os jornalistas processados pela lei de segurança, o juiz, atendendo a uma interpretação capciosa do produtor, negou-se a reconhecer aqueles jornalistas o direito à medida, a pretexto de que não estão os mesmos processados "por crime de imprensa".

SEMANA POLÍTICA

Volta a reunir-se o Congresso, em convocação extraordinária, até 9 de março próximo.

Os 112 deputados signatários da convocação, entre as razões com que a justificaram, assinalam "a tensão internacional que deve merecer fiscalização ativa do Congresso Nacional". Isto quer dizer que um avultado número de parlamentares compreende que o Poder Legislativo não pode deixar de manifestar-se diante de recentes atos do governo no terreno da política internacional, entre eles e, principalmente, o acordo de cessão de Fernando de Noronha para instalação de uma base norte-americana de teleguiados.

Isto não significa que todos os deputados que apuseram suas assinaturas ao requerimento de convocação extraordinária tenham posição definida diante desse acordo que atrela o Brasil à política guerreira e agressiva dos círculos dirigentes norte-americanos e que, se se mantiver, trará inevitavelmente ao nosso território o horror de uma guerra em que se envolva o governo dos Estados Unidos. Mas é evidente que uma parte deles têm consciência da gravidade do passo que acaba de ser dado pelo sr. Juscelino Kubitschek e que se dispõe a trabalhar, no Parlamento, uma batalha renhida contra a cedência de Fernando de Noronha aos ianques.

É evidente que, já sob pressão dos militaristas norte-americanos, setores do atual governo tentam, por todos os meios, impedir que se desenvolva o movimento de opinião contra a participação de nosso país nos planos agressivos do imperialismo norte-americano. Assim vemos, nas últimas semanas, delinear-se uma tentativa reacionária de golpear as liberdades constitucionais, com o fechamento de entidades democráticas (FMB e AFDF) e ameaças contra a imprensa antiimperialista.

Nestas condições, a reabertura imediata do Congresso foi medida justa e oportuna, que propicia ao povo a possibilidade de dirigir-se aos deputados e senadores, num grandioso movimento de opinião, para que reclamem a anulação do acordo sobre Fernando de Noronha, assim como para que saibam defender as franquias constitucionais ameaçadas pelos que desejam arrolhar a opinião pública para executar, no país, as ordens dos colonialistas norte-americanos.

DESTACADA INICIATIVA EDITORIAL

LANÇADO NO BRASIL O 1º VOLUME DAS «OBRAS ESCOLHIDAS» MARX E ENGELS

A Editorial Vitória lançou esta semana o 1º volume das "Obras Escolhidas" de Marx e Engels. Esta edição brasileira foi traduzida de acordo com a edição organizada pelo Instituto Marx, Engels, Lenin de Moscou e constará de três volumes.

Não podemos deixar de destacar a importância deste empreendimento editorial, que põe em mãos dos leitores brasileiros alguns dos trabalhos fundamentais dos criadores do socialismo científico. Para as "Obras Escolhidas" foram selecionados diversos trabalhos de Marx e Engels que dão, aos que os estudam, um conhecimento geral da doutrina marxista em seus múltiplos aspectos. Ali se encontram, não somente a exposição da filosofia marxista, da economia política e do materialismo histórico, mas uma série de preciosas indicações de Marx e Engels sobre a tática e a estratégia dos partidos revolucionários do proletariado das circunstâncias históricas concretas vividas pelos fundadores do socialismo científico.

Neste primeiro volume das "Obras Escolhidas" estão incluídos os seguintes trabalhos: "Manifesto do Partido Comunista"; "A Burguesia e a contra-revolução" (artigo de Marx sobre a posição da burguesia durante a revolução de 1848 na Alemanha); "Trabalho Assalariado e Capital"; "Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas"; "As lutas de classes na França de 1848 a 1850"; "O Dezolito Brumário de Luís Bonaparte"; "O Domínio Britânico na Índia" (artigo de Marx); "Futuros resultados do domínio britânico na Índia" (artigo de

Marx); "Discurso (de Marx) pronunciado na festa de aniversário do «People's Paper»; Prefácio à "Contribuição à Crítica da Economia Política"; "A Contribuição à Crítica da Economia Política" de Marx (artigo de Engels); "Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores"; "Sobre Proudhon" (carta de Marx a Schweitzer) e "Salário, Preço e Lucro".

O primeiro volume das "Obras escolhidas" está sendo vendido ao preço de 90 cruzeiros e pode ser adquirido inclusive pelo reembolso postal.

IMPORTANTE APÊLO DA VOZ OPERÁRIA

Os jornais populares atravessam difícil situação. São gravemente atingidos pelo aumento dos preços das utilidades necessárias à sua feitura, assim como pela alta do custo de vida em geral. Por outro lado, intensificam-se as tentativas do governo, que faz concessão aos incendiários de guerra norte-americanos, no sentido de golpear a liberdade de imprensa, visando a reduzir ao silêncio os jornais que defendem a paz, a soberania nacional e a democracia para o nosso povo.

Um exemplo do aumento das despesas que têm os órgãos populares está não somente no alto preço dos fretes aéreos e das tarifas postais e telegráficas, a que já nos temos referido. Basta citar que, em virtude das emendas à lei do inquilinato, postos em vigor recentemente, a VOZ OPERÁRIA acha-se ameaçada de pagar de aluguel pelas exiguas dependências em que funciona a quantia de Cr\$ 11.000,00 mensais. No entanto, até aqui vinhamos pagando Cr\$ 2.800,00. Estas cifras dão idéia de nossa situação.

Por isso mesmo, urge protestar por todas as formas possíveis contra as tentativas de estrangulamento e as medidas repressivas, que visam aos órgãos mais destacados da luta pela paz e a soberania nacional atingem, em primeiro lugar, toda a imprensa. A VOZ

OPERÁRIA faz neste sentido um duplo apêlo, e está certa de que contará para isso, com o necessário apoio: 1 — Pede aos seus leitores, amigos, assinantes, todos aqueles que sabem o que representa este jornal, que tomem todas as iniciativas ao seu alcance para a manutenção do seu semanário político, entre as quais as listas de contribuição em dinheiro, e remetam essas listas ou valores para a Av. Rio Branco, 257, 1º andar, sala 1712, em nome do diretor do jornal. 2 — Adverte contra as ameaças que pairam novamente sobre os jornais populares e pede a solidariedade de todos os democratas, por meio de telegramas de protesto ao sr. Juscelino Kubitschek, ao sr. João Goulart, à Associação Brasileira de Imprensa e ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro. Nesses telegramas, cartas, etc., sugerimos que seja citada como novo instrumento das ameaças à liberdade de imprensa a recente entrevista do Cel. Luna Pedrosa, Diretor da Divisão de Polícia Política e Social, em que essa autoridade mais uma vez declara estar empenhado em medidas contra a imprensa. Essas medidas, anticonstitucionais, antidemocráticas, ilegais, que encerram objetivos guerreiros, devem, por isso mesmo, merecer imediata repulsa popular.

Desemprego em Massa na Indústria Têxtil

Solução Para os Problemas de Santo André

PUBLICAÇÃO ESPECIALIZADA CALCULA EM CÉRCOA DE 100 MIL O NÚMERO DE TRABALHADORES JÁ DISPENSADOS — APESAR DE REAIS AS DIFICULDADES DAS EMPRESAS DE TECIDOS A SITUAÇÃO EM QUE SE ENCONTRAM NÃO JUSTIFICAM AS MEDIDAS ADOTADAS

A indústria têxtil brasileira atravessa um período de dificuldades decorrente, de um lado, da acumulação de estoques e, de outro lado, das medidas que teve de tomar o governo para moderar a expansão do crédito. O peso dessas dificuldades foi lançado, pelos industriais, sobre os ombros dos trabalhadores. Uma publicação especializada calcula em cerca de 100 mil operários despedidos do ramo têxtil, durante os últimos meses, no Distrito Federal, Estado do Rio e em São Paulo. Diversas empresas ameaçam cerrar suas portas por algum tempo, enquanto outras cogitam declarar férias coletivas para os seus empregados.

"SUPERPRODUÇÃO"

Embora o consumo de tecidos no Brasil seja relativamente fraco, a indústria têxtil nacional encontra-se, paradoxalmente, diante de uma crise de superprodução. Afirmam os industriais que os estoques, atualmente, atingem níveis jamais registrados no país. Além dos estoques das próprias fábricas, são grandes, também, os estoques do comércio, onde as vendas de tecidos parece terem caído fortemente, em virtude do vertiginoso aumento dos preços.

EXPORTAÇÃO

Até há pouco, o excedente da produção têxtil não absorvido pelo mercado interno vinha encontrando escoamento na exportação. Esta, porém,

vem sendo dificultada pela concorrência no mercado nacional onde os nossos produtos têxteis não podem ser colocados a preços iguais ou menores que os de outros países produtores.

Dal reclamarem os industriais, do governo, um câmbio mais alto para a exportação de têxteis. Querem receber uma taxa de 80 cruzeiros por dólar, em lugar dos 67 que atualmente lhes são pagos.

Reclamam ainda os industriais contra as dificuldades de crédito visto como, não podendo realizar o valor da produção estocada, se encontram sem numerário para pagamento de duplicatas e outros compromissos.

Finalmente, queixa-se a in-

dústria têxtil dos embaraços existentes para a importação de máquinas e equipamentos, o que coloca a indústria nacional em condição de inferioridade para concorrer com a de outros países onde mais facilmente podem elevar seu nível técnico.

Não resta dúvida que algumas dessas queixas são fundadas e todas elas merecem estudo criterioso e realista não só de parte do governo, como também dos sindicatos operários, que necessitam conhecer com segurança a situação real da indústria, para melhor defender os direitos e interesses dos trabalhadores.

NÃO SE JUSTIFICAM MEDIDAS CONTRA OS TRABALHADORES

O governo, através do Ministério da Fazenda, já prometeu levar devidamente em conta as reivindicações dos industriais e adotar, com urgência, as medidas cabíveis. Trata-se, porém, de ver não somente as reivindicações dos industriais, mas também as dos trabalhadores têxteis que, interessados na defesa da indústria nacional não podem, por outro lado, abrir mão de seus direitos, inclusive o direito ao trabalho.

Por grandes que sejam as dificuldades atuais da indústria têxtil, a realidade é que a situação concreta das empresas não é tão desesperadora que justifique a adoção de medidas como o desemprego e o fechamento de fábricas. A situação tornou-se mais aguda nos últimos meses, mas os próprios balanços das empresas têxteis, relativos ao ano passado, indicam que, em sua quase totalidade, elas obtiveram uma massa de lucros ainda considerável. Assim, as empresas têm condições financeiras de, enquanto se negocia com o governo a solução dos problemas que formulam, manter o mesmo ritmo de produção e o mesmo nível de emprego. Não é adotando medidas de represálias contra os trabalhadores que se poderá encontrar soluções justas para o problema da indústria têxtil, soluções para as quais podem e devem contribuir os próprios trabalhadores, defendendo seus direitos e reivindicações.

MILITANTES COMUNISTAS DAQUELE MUNICÍPIO DE SÃO PAULO REALIZARAM UM ESTUDO DOS PROBLEMAS DA CIDADE E DE SUA POPULAÇÃO, PROPONDO O ESTUDO DE MEDIDAS PARA UM PROGRAMA DE AÇÃO COMUM

MILITANTES comunistas de Santo André (São Paulo) realizaram um estudo da situação do município, apresentando, em conclusão, sugestões para um programa de ação comum em torno do qual poderiam unir-se as diversas camadas da população municipal, para a solução de importantes problemas da cidade.

Santo André situa-se entre os mais importantes municípios brasileiros, contribuindo com 5% da produção nacional. Possui 30 mil operários industriais (20% da população) que trabalham em 560 empresas. Destas, 118 são metalúrgicas e empregam 19 mil operários. 254 empresas industriais possuem capital até 1 milhão de cruzeiros e 405 até 10 milhões. A renda é superior a 8 bilhões de cruzeiros e está em processo de crescimento, principalmente em consequência da elevação dos impostos, fator principal do aumento da arrecadação "per capita" de Cr\$ 3.988,00 em 1952 para Cr\$ 11.012,00 em 1955. Santo André dispõe portanto, de recursos para solucionar urgentes problemas, até hoje não solucionados, de sua população.

A população de Santo André enfrenta enormes dificuldades. Os bairros, e vilas, em número de 105, não conhecem qualquer conforto. Segundo estatísticas recentes, entre as 30 mil casas existentes no município, apenas 6.420 possuem água encanada e 5.680 possuem esgoto. Apenas uma pequena parte da cidade tem calçamento. Nas vilas mais distantes não há luz elétrica. O transporte é insuficiente, havendo apenas 46 ônibus, muitos dos quais estragados, o que provoca enormes transtornos à população. A assistência médico-hospitalar é precária. A carestia da vida é crescente. Tomando-se para 1952 o índice 100, em 1956 os preços dos salários alcançavam haviam atingido 244, enquanto apenas 160.

O documento elaborado pe-

los militantes comunistas de Santo André examina, ainda, a situação da indústria do município, do comércio, da educação e de outros setores de atividade e propõe a discussão de 10 pontos nos quais são apontadas medidas práticas visando a solução dos mais urgentes problemas municipais e que são os seguintes:

- 1) Lutar pela ampliação das liberdades democráticas e em defesa da soberania nacional;
- 2) COMBATE A CARESTIA DE VIDA: a) medidas concretas para impedir o aumento dos preços de alguns gêneros de primeira necessidade; arroz, feijão, leite, carne e pão; b) criação pela Prefeitura de uma frota de caminhões para adquirir gêneros na fonte de produção e organização de um entreposto distribuidor de gêneros ao comércio; c) instalação pela Prefeitura de um frigorífico municipal e organização da distribuição de carne aos açougues; d) participação na COMAP dos representantes dos Sindicatos e das associações populares.
- 3) CONGELAMENTO DOS IMPOSTOS que recaem sobre as camadas mais pobres da população;
- 4) melhores transportes coletivos: a) aumento do número de ônibus nas linhas existentes; b) criação de novas linhas de ônibus; c) congelamento dos preços das passagens de acordo com as tarifas atuais.
- 5) URBANIZAÇÃO: a) extensão de luz elétrica a vilas e bairros não servidos; b) extensão da rede de água e esgotos dos bairros; c) calçamento das principais ruas dos bairros; d) extensão da rede telefônica e criação de telefones públicos nos bairros mais afastados; e) construção do Viaduto sobre o EFSJ e reforma e

ampliação da estação da Estrada de Ferro; f) construção do prédio de Correios e Telégrafos e extensão de suas agências aos bairros; g) construção de um parque e um jardim público.

- 6) EDUCAÇÃO E SAÚDE: a) congelamento dos preços dos materiais e taxas escolares; b) criação de novas escolas, creches, parques infantis, postos de puericultura nos bairros; c) redução das taxas e abolição dos alvarás que recaem sobre os clubes esportivos e construção de uma praça de esportes; d) ampliação das escolas de aprendizagem e ensino profissional; e) aumento do número de ambulâncias do Posto Central do SAMDU; f) criação de postos de pronto socorro nos bairros mais afastados; g) ampliação das dependências da Santa Casa.
- 7) Lutar para que o Estado e a União retribuam ao município os 10% sobre a arrecadação municipal respectiva, de acordo com os encargos constitucionais.
- 8) COMÉRCIO: a) facilidade na aquisição das mercadorias nacionais e estrangeiras por parte da Prefeitura; b) congelamento dos impostos e taxas que recaem sobre o comércio; c) abolição das formas injustas de perseguição do fisco que recaem sobre o comércio;
- 9) DEFESA DA INDÚSTRIA NACIONAL: a) facilidade na obtenção de créditos e juros módicos e a longo prazo; b) fornecimento de cotas de energia elétrica, de acordo com suas necessidades; c) facilidade na aquisição de matérias primas nacionais e estrangeiras; d) ampliação do mercado interno e de concorrência dos produtos das indústrias imperialistas; e) criação no município de indústrias "pesadas" de construção de maquinárias.
- 10) Apoio ativo às lutas da classe operária e dos seus sindicatos, por melhores condições de vida, como indica o programa do Pacto Unidade.

TRABALHADORES BRASILEIROS COBRAM DE J. K. SUAS PROMESSAS ELEITORAIS

Ao término do primeiro ano de seu governo o sr. Juscelino Kubitschek teve que enfrentar os trabalhadores e suas organizações sindicais, que lhe foram recordar e cobrar as promessas do candidato que pediu e obteve apoio da massa trabalhadora para sair vitorioso no pleito de 3 de outubro de 1955.

Para o proletariado brasileiro, foi um ano de agravamento de sua situação, com a elevação constante e nunca reafreada do custo da vida. As vitórias que a massa trabalhadora obteve, no que tange à elevação dos salários, em geral, e do salário-mínimo, em particular, foram na prática anuladas pela carestia. No terreno político, o governo resvalou em várias ocasiões para atos que o comprometem seriamente ante a opinião pública, como quando ordenou o fechamento de organizações democráticas e de trabalhadores e, principalmente, ao entregar aos militaristas lanques a ilha de Fernando de Noronha.

Diante dessa situação, assume grande importância a tomada de posição dos trabalhadores brasileiros — através de suas mais representativas entidades — entregando ao presidente da República, no dia 31, o memorial com suas reivindicações. O documento foi amplamente discutido pelos dirigentes sindicais de todas as organizações que fazem parte do Conselho Consultivo Regional da CNTI e das entidades filiadas à CNTC e à CNTT, e contém os seguintes itens:

- 1º) Contenção dos preços; 2º) Salários: revisão salarial imediata e salário móvel; 3º) Desenvolvimento industrial; 4º) Reforma agrária; 5º) Liberdade sindical; 6º) Respeito à organização sindical; 7º) Moralização do Fundo Social Sindical; 8º) Regulamentação do direito de greve e revogação do Decreto n. 9.070; 9º) Previdência Social: reestruturação da administração e aposentadoria aos 30 anos; 10º) Justiça e paz.

Cada ponto deste memorial contém uma série de reivindicações, muitas das quais já enunciadas em outros documentos (como o «Discurso do Trabalhador» no 1º de Maio e a «Carta Econômica da CNTI») e resultantes de planos e resoluções aprovados em congressos e conferências nacionais e estaduais.

Mais uma vez, manifesta-se uma saudável unanimidade de pontos de vista dos trabalhadores na posição perante o governo. Isso demonstra, também, que cresce e se consolida a posição independente do movimento operário e sindical diante do governo e dos partidos políticos, o que é a base segura para a maior unidade entre os trabalhadores. Foi uma manifestação de consciência e de vigilância da classe operária brasileira, uma prova de que estão mudados os tempos em que as demonstrações eram organizadas pelos elementos do governo, com o dinheiro do imposto sindical e constituíam atos de louvação ao governo.

Os trabalhadores brasileiros e suas entidades dispõem, com esse memorial, de um programa concreto de unidade e de luta, em torno do qual poderão marchar para a conquista de suas reivindicações específicas e gerais.

NO DISTRITO FEDERAL

NUMEROSAS CORPORAÇÕES DE TRABALHADORES LUTAM POR AUMENTO DOS SALÁRIOS

O início do ano de 1957, no Distrito Federal, está assinalado por numerosas campanhas dos sindicatos dos trabalhadores por reajustamentos salariais, a maioria das quais está sendo encaminhada através de negociações entre empregados e empregadores. Iniciando ou finalizando campanhas estão os comerciários, fumageiros, alfaiates, sapateiros, trabalhadores em energia, carris, telefônica, bebidas, empresas cinematográficas, e motoristas e trocadores de ônibus.

COMERCÍARIOS: 33 POR CENTO

Os duzentos mil comerciários cariocas aprovaram em assembleia geral a proposta dos empregadores, com os seguintes itens: 33 por cento de aumento geral, máximo de 5.500 e mínimo de 990 cruzeiros, vigência a partir de primeiro de fevereiro, compensação dos aumentos espontâneos concedidos desde o dissídio anterior, extensão do acordo a todos os comerciários (exceto aos comissionistas).

Em posterior mesa-redonda no DNT, no decorrer desta semana, foi comunicado aos empregadores a deliberação da entidade dos comerciários.

GRUPO LIGHT

Os trabalhadores do grupo Light (carris urbanos, energia, telefônica e pessoal de São Paulo) procuram lutar unidos, em ação comum, para conquistar 40 por cento de aumento geral. Apesar disso, os empregados em energia aprovaram (por 431 a 281) a proposta patronal, isoladamente: 30 por cento de aumento até Cr\$ 10.000 e Cr\$ 3.000 fixos para os que ganham acima daquela quantia. O abono de Natal passará de Cr\$ 2.000 para Cr\$ 2.500.

Os trabalhadores em carris encontraram-se em mesa-redonda no DNT com os patrões, reivindicando 45 por cento de aumento. A reunião, compareceram representantes dos trabalhadores da Light em São Paulo e Santos e da Telefônica do Rio. Não houve nenhum adiamento, entretanto, pois os patrões recusaram-se a discutir cinco itens da proposta dos trabalhadores. Os entendimentos prosseguem, estando marcada nova audiência para a próxima semana.

Houve também, nesta semana, encontro entre os trabalhadores da Telefônica e patrões, mas estes ofereceram apenas 27 por cento e não houve acordo.

OUTRAS CORPORAÇÕES

Em concorrida reunião na sede de sua entidade, os patrões deliberaram lançar grande campanha por 60 por cento de aumento até Cr\$ 5.000 e 40 por cento de Cr\$ 5.001 em diante. O Sindicato dos Padeiros inclui os trabalhadores nas indústrias de cacau, café e balas.

Os fumageiros solicitaram ao diretor do Departamento Nacional do Trabalho a convocação de uma mesa-redonda com os empregadores, já que as negociações diretas caíram num impasse quando os patrões ofereceram apenas o aumento irrisório de 15 por cento. Os fumageiros lutam por 30 por cento de aumento.

Por outro lado, os motoristas e trocadores continuam sua campanha visando obter 25 por cento de aumento geral. A tabela elaborada pelo Sindicato dos Rodoviários estabelece os salários de Cr\$ 250,00 diários para os motoristas, Cr\$ 170,00 para os despachantes e Cr\$ 150,00 para os trocadores, devendo a campanha ser intensificada no início deste mês.

MEDIDAS POSITIVAS NO 1º ANO DO GOVERNO KUBITSCHEK

- Suspensão da censura à imprensa e do estado de sítio.
- Apoio e defesa da Petrobrás, cujo desenvolvimento em 1956 foi auspicioso.
- Proibição à exportação de minerais radioativos e nova política atômica traçada pelo Conselho de Segurança Nacional.
- Decretação dos novos níveis de salário mínimo.
- Respeito ao direito de greve e às eleições sindicais.
- Anistia aos jornalistas condenados pela Lei de Segurança.
- Reajustamento de vencimentos do funcionalismo federal.
- Apoio ao desenvolvimento da indústria nacional.



Nos comícios eleitorais o povo exigiu e o sr. Kubitschek prometeu solenemente respeito à Constituição e às liberdades democráticas. No primeiro ano do atual governo diversos atos violaram esta promessa.

Para Onde Vai o Governo de JK?

Ao completar seu primeiro ano de governo não pode o sr. Kubitschek afirmar que fez o que poderia e deveria ter feito para saldar os compromissos que, como candidato à Presidência da República, assumiu solenemente com o povo. Neste sentido, o primeiro ano da atual administração, se bem conte com algumas realizações positivas, apresenta um saldo fortemente negativo.

CARESTIA E INFLAÇÃO

Este se refere, em primeiro lugar, ao problema do nível de vida do povo. O governo não fez o que estava ao seu alcance para deter o ritmo infernal de aumento dos preços, para impedir que as melhorias de salários e ordenados que se verificaram nos primeiros meses do ano fossem tragadas, rapidamente, pela carestia da vida.

Os cálculos mais modestos (e insuspeitos) sobre o nível de aumento do custo da vida durante o ano passado colocam-no entre 26 e 33%.

Simultaneamente, fracassou o governo na batalha contra a inflação, de pouco ou quase nada adiantando as medidas parciais que adotou. Somente o meio circulante passou de 67 bilhões e 500 bilhões de cruzeiros em janeiro de 1956 para cerca de 81 bilhões em dezembro do mesmo ano.

CONCESSÕES AS FORÇAS REACIONÁRIAS

Contrariando suas promessas de defesa das liberdades públicas e da Constituição o sr. Juscelino Kubitschek fez, neste primeiro ano da sua administração, algumas concessões sérias às forças reacionárias.

Atos como o fechamento da Liga da Emancipação Nacional, da União dos Servidores do Porto do Rio de Janeiro, da Frente de Novembro, da Federação de Mulheres do Brasil e da Associação Feminina do Distrito Federal revelam uma concessão, de suma gravidade, às exigências dos monopólios norte-americanos, exigências estas formuladas, ostensivamente, por um movimento reconhecidamente fascista como a «cruzada» do golpista Pena Boto. Na mesma linha, a Polícia anuncia, agora, sua pretensão de atingir a imprensa democrática e destacadas entidades populares, como a União Nacional dos Servidores Públicos.

CAPITULAÇÕES DIANTE DO IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO

Depois de um período de relativa resistência a algumas das imposições do imperialismo norte-americano (como, por exemplo, a permissão aos capitais estrangeiros para explorarem o petróleo, a manutenção dos acordos colonialistas sobre política atômica, etc.) o governo começou a ceder, sob a chantagem da «guerra iminente», às pressões do Pentágono e do Departamento de Estado. Dentre estas capitulações, a mais repulsiva, foi o acór-

do para a instalação, em Fernando Noronha, de um posto norte-americano para foguetes teleguiados.

O governo do sr. Kubitschek concluiu semelhante ajuste, por si mesmo inconstitucional, pois que sem audiência do Congresso, passando por cima da vontade expressa do povo e mesmo da resistência patriótica de alguns setores da própria administração.

MEDO DE APOIAR-SE AO POVO

Embora tenha solicitado, no início do governo, o apoio do povo para a realização de seu programa administrativo, o sr. Kubitschek vem revelando, de forma cada vez mais clara, um medo equivocado de apoiar-se nas massas populares, nas forças democráticas, patrióticas e nacionalistas. Pensando consolidar seu governo, não com este apoio, mas através de «entendimentos» e «acórdos» com alguns dos mais ferozes inimigos de nosso povo — o grupelho golpista, a parte entreguista da «oposição» e o próprio imperialismo norte-americano — o sr. Kubitschek, ao fazer tais concessões, distancia-se das massas populares. E com este distanciamento, em lugar de, como pensa, assegurar um período tranquilo à sua administração, vai, na realidade, acumulando o fermento de graves choques políticos, nos quais poderá encontrar-se sem as forças necessárias para enfrentar os

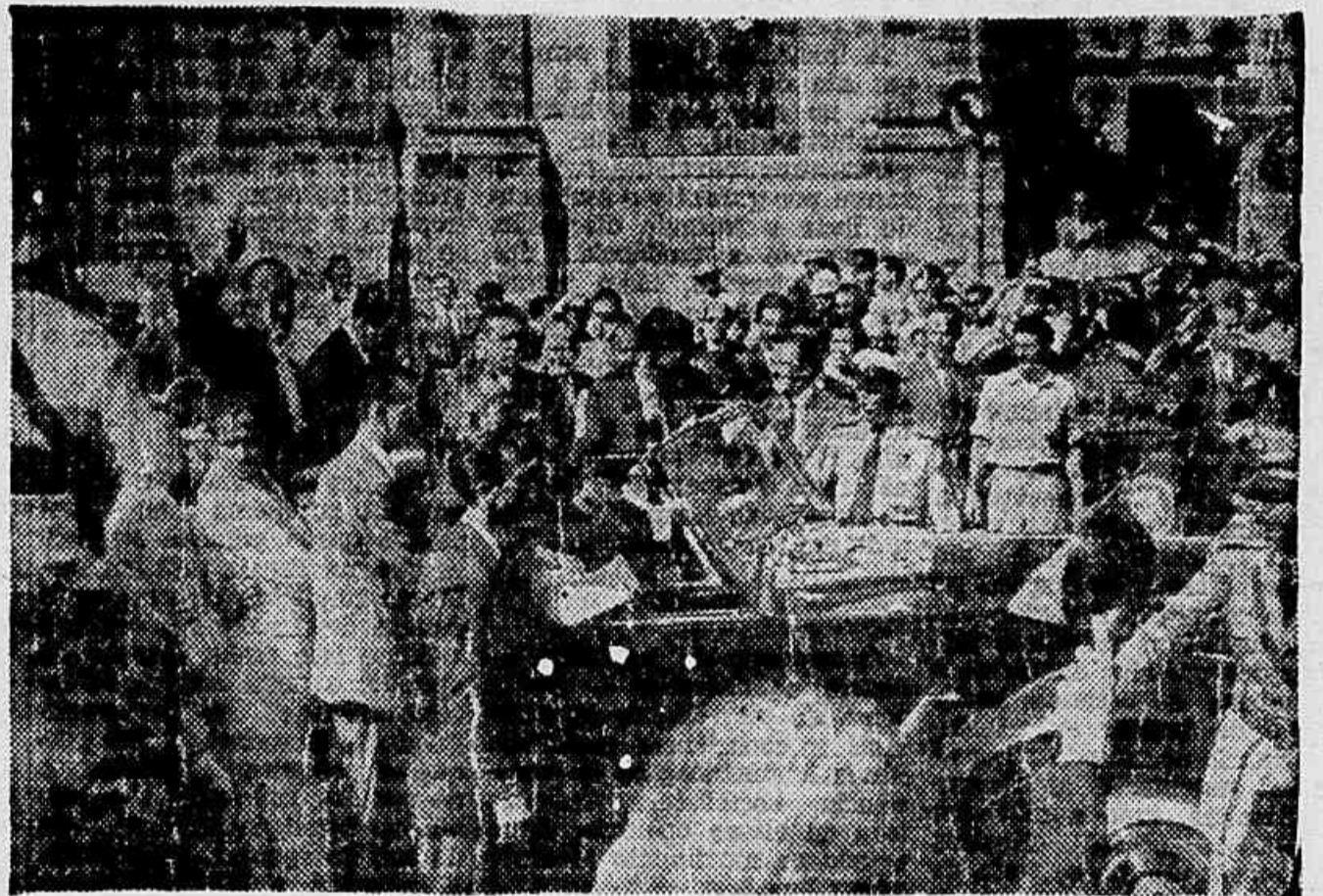
que procuram, a todo custo, impor ao país um regime de exceção».

ANISTIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Característica deste recelo de marchar resolutamente com o povo, de apoiar-se nele, é a posição do sr. Kubitschek, antes e depois de eleito e empossado, diante de dois problemas fundamentais, como o do comércio exterior e o da anistia a todos os presos e perseguidos em virtude de odiosas discriminações políticas.

Em seus comícios de campanha eleitoral e, ainda, em uma entrevista coletiva à imprensa, já como Presidente da República, o sr. Kubitschek afirmava que faria tudo para que o Brasil comerciasse normalmente com todos os países. Reconhecia que esta era uma exigência do «consenso da nação». Pois bem. Diante da pressão norte-americana e dos mais descarados agentes dos monopólios lanques, o governo, durante este período, repeliu todas as possibilidades existentes para o estabelecimento de um comércio regular, e altamente proveitoso, com a União Soviética e outros países socialistas.

O mesmo verificou-se quanto à anistia, inicialmente apoiada pelo próprio Presidente da República e por outras figuras do governo e logo a seguir restringida, sob pressão de grupos reacioná-



rios, apenas aos oficiais golpistas de Jacaréacanga.

Nem tudo foi, naturalmente, negativo neste primeiro ano de governo do sr. Kubitschek. As forças patrióticas e nacionalistas colocando-se à frente da luta antigolpista e em defesa da Constituição conquistaram importantes posições que lhes permitiram obter do governo a adoção de algumas medidas de grande significação. Entre elas figuram: a nova política atômica, o apoio à Petrobrás, a decretação dos novos níveis de salário-mínimo, o aumento de vencimentos do funcionalismo, o respeito à soberania das assembleias sindicais e ao direito de greve, a resistência às manobras golpistas para afastar o general Teixeira Lott

A posse dos srs. Juscelino e João Goulart foi conquistada pelo povo. Até agora o governo não correspondeu a este apoio popular.

do Ministério da Guerra, o congelamento, no Parlamento, do famigerado projeto de lei de imprensa, o reconhecimento de alguns direitos dos trabalhadores (aumento das diárias dos acidentados, adicional de periculosidade para os trabalhadores em inflamáveis, etc.).

Estes fatos, os negativos e os positivos (em menor quantidade) expressam, em si mesmos, a falta de homogeneidade do atual governo, em cujo seio coexistem desde os elementos mais reacionários e entreguistas até setores de orientação nacionalista e democrática. Daí sua inconseqüência, suas vacilações, sua disposição de ceder às pressões que sobre ele atuam mais fortemente: à pressão do imperialismo e da reação ou à pressão organizada das forças popula-

res e patrióticas.

Neste momento, o descaço do movimento de massas, a falta de uma coordenação maior das forças que defendem um programa nacionalista e democrático, combinado com um certo retorno da tensão internacional, permitem que os setores reacionários e entreguistas façam predominar sua orientação ao governo. Na medida em que isto sucede, vão-se tornando mais duras as condições para a atuação dos setores democráticos de dentro do governo, o que pode conduzir, se não houver maior atividade das massas, maior organização e unidade das forças populares e nacionalistas, à transformação da atual administração num bloco reacionário e entreguista, que governe contra o povo.

O POVO ORGANIZADO DECIDIRÁ

A fim de que isto não suceda, é necessário que se realizem os máximos esforços para que as massas populares passem a lutar concretamente em defesa de suas conquistas e por suas mais sentidas reivindicações. É necessário que todas as forças que se batem pela emancipação nacional e as franquias constitucionais, dentro e fora do governo, se unifiquem amplamente para manter as posições que detêm e resistirem à pressão do imperialismo e da reação liberticida. Unidos, estas forças podem deter a ofensiva entreguista.

PRINCIPAIS ASPECTOS NEGATIVOS DE UM ANO DE GOVERNO J. K.

- Capitulação à política de guerra norte-americana com a cessão de uma base para foguetes teleguiados, em Fernando de Noronha, aos EE. UU.
- Sabotagem, pelo Itamarati, ao estabelecimento de relações comerciais com a URSS e a República Popular da China.
- Fracasso no combate à inflação e à carestia da vida.
- Aumento de impostos indiretos e de tarifas.
- Violação do direito constitucional de livre associação, com o fechamento de diversas entidades populares e democráticas.
- Vacilação diante do bando golpista, procurando «apacitá-lo» através de concessões ao «anticomunismo» sistêmico.
- Resistência à extensão da legislação social ao campo.



BOLETIM DE DEBATE

PELA DEMOCRATIZAÇÃO DO PARTIDO

AGILDO BARATA

O movimento operário e comunista mundial sofre uma de suas mais gigantescas crises.

Creio que desde os dias da crise oriunda da decomposição dos partidos e grupos que encerravam o pensamento capitulacionista da Segunda Internacional, desde então o movimento marxista não sofre tão dura prova. Nos tumultuosos dias da Primeira Grande Guerra Mundial, o gênio de Lenin, assessorado por um poderoso grupo de intelectuais e filósofos, lança-se impetuosamente «contra a corrente» e proclama: «Morta a Segunda Internacional, viva a Terceira Internacional!»

Mais de 40 anos rolaram sobre esses fatos. Hoje temos não mais um pequeno-grande e heróico Partido Bolchevique a conquistar o poder na velha Rússia Czarista. Hoje há um imenso sistema de nações no mundo socialista. A maior parte do ingente e grandioso trabalho dos partidos operários e comunistas do sistema socialista é de caráter experimental. Nunca no mundo houve um tal sistema. E as fórmulas clássicas, tudo aquilo que escreveram nossos clássicos exatamente porque se trata de clássicos marxistas que consideram a vida um «perpétuo fluir», um permanente e inexorável «ser, não ser e vir a ser», pensadores que afirmavam o movimento inseparável da matéria, é precisamente por tudo isso, que o marxismo-leninismo exige que os fatos atuais sejam examinados, em sua completa interligação e em seu desenvolvimento à base da nova realidade que existe no mundo.

A verdade, em nossos dias, tal como em dias passados, só pode surgir do choque violento — por vezes brutal mesmo — dos conflitos de contrários em presença.

O método dialético de pensar e agir repousa essencialmente em revelar os contrários existentes no bojo dos complexos fenômenos da natureza e da sociedade e descobrir, assim, do choque dos contrários, a síntese de uma nova verdade.

A conciliação no terreno dos princípios — é tudo o que pode haver de mais antimarxista, de mais antidialético.

Eis porque, nas ocasiões de crise, enquanto os filósofos e pensadores idealistas buscam mascarar os choques, ocultar os conflitos ou pregar a conciliação freando, qualquer que seja o pretexto, o livre curso dos choques entre o velho que resiste e o novo que busca abrir caminhos, os filósofos e pensadores marxistas põem em relêvo as contradições para superá-las. A conciliação é, então, antimarxista; e a superação das contradições postas em relêvo é marxista.

E' claro que na busca do novo muitos são os caminhos errados e equivocados, os falsos caminhos. E é o que está acontecendo no campo experimental do sistema socialista. A estrada justa da verdade, porém, jamais poderá ser vislumbrada se se busca conciliar os opostos, em vez de fazer ressaltar os contrários nos processos de discussão.

A nova verdade também nunca aparece completa e acabada, de um jato. Ela é desco-

berta através de um processo lento, duro, difícil.

De qualquer modo, porém, o «novo» surgirá. Mas, se se mascara o processo de luta dos contrários existentes no bojo dos fenômenos, a descoberta do novo é muito mais demorada e penosa.

A busca do novo é sempre um ato de inteligência e por isto, no seio dos movimentos revolucionários, é dever dos verdadeiros marxistas, tudo fazerem por garantir o ambiente de livre e fecunda discussão, esmagando a tendência dos que se aferram, como ostras, ao velho. Nesta luta, os chavões do passado são esgrimidos como se fossem inabaláveis argumentos: surgem de cambalhota os insultos e as ironias. E o debate assume, então, não mais o aspecto de um ato de inteligência, mas também o de um ato de coragem.

X:—X

O movimento socialista — dizem os clássicos — era a soma do movimento operário mais a consciência socialista. Havia a «inculcação» da consciência socialista, vinda de fora da classe operária, penetrando no movimento operário espontâneo.

Hoje, a atração dos ideais do socialismo científico ultrapassa os limites do movimento operário. Este é um fato novo.

A nova estrutura do mundo, com a presença de todo um imenso sistema socialista é a realidade de nossos dias. É uma realidade concreta e objetiva. Esta realidade não poderia deixar de exercer decisiva influência na consciência do homem, uma vez que é a realidade que determina a consciência e não o contrário. Partidos, grupos, classes e camadas sofrem em suas consciências o reflexo desta estupenda realidade.

Novas fórmulas precisam surgir para traduzirem nova realidade. E é por isso que estalou no movimento operário e comunista a crise, o choque de concepções sobre o que é necessário fazer para abrir caminho mais rápido para o futuro.

Desde logo surgiu o problema da diversificação dos caminhos à medida que novos e novos povos marcham para o socialismo ou para o comunismo.

No caso brasileiro, o caminho só poderá ser encontrado num ambiente de livre debate, de livre discussão, de luta de opiniões dentro e fora das fileiras do Partido.

Embalde se buscará frear esse processo. Por anos e anos, como diz o Projeto de Resolução, «abdicamos da capacidade de pensar independentemente e do necessário espírito criador». Esses tempos obscuros passaram.

A mola de compressão do raciocínio, da faculdade de pensar chegou ao máximo de sua contenção e as forças imensas que estavam comprimidas desencadearam-se em processos inexoráveis de discussão, a partir do XX Congresso do P. C. U. S., no Brasil e em todo o movimento socialista mundial.

Primeiro foi o regime repressivo dos «desabafos confu-

sos». Hoje aqui, e ali, surgem os perfis de equilíbrio em busca de soluções. As soluções, porém, não cairão do céu. E muito menos no caso brasileiro. Não serão alcançadas — como diz o Projeto — «sem desarraigá-las toda uma tradição e isto não será conseguido sem vencer sérias e obstinadas resistências, ainda que se apresentem sob as formas mais sutis».

Algumas dessas resistências não serão tão sutis, serão até grosseiras; mas no caso não importa a forma pelas quais se apresentem: o fundamental é seu conteúdo frenador.

De qualquer modo, e custe o que custar, é preciso vencer a resistência e ir adiante.

X:—X

Um dos obstáculos a transpor é o problema de: Qual será o grupo, camada ou classe que, no Brasil, está em melhores condições de realizar o debate, de descobrir o «novo»?

Sobre isto tenho firmeza de opinião: o novo surgirá da intelectualidade ou da «inteligência» marxista. E isto porque a pesquisa, a descoberta do novo — como disse — é um ato de inteligência, de hábito de ler, de estudar, de cultura. E contra a «inteligência» choverão os chavões transformando o debate em um ato misto de inteligência e coragem. E' preciso, então, não afrouxar, até que surja a nova verdade.

Achada esta, o proletariado a tomará em suas mãos potentes.

X:—X

Na luta por uma nova sociedade brasileira, temos de descobrir o caminho especificamente nosso e nesse terreno — sem deixar de valorizar o esforço imenso realizado e os êxitos conseguidos — o fundamental é ver que muitas e muitas são as coisas que precisam mudar. Esse é um problema de nossos dias, do qual não há como nem por que fugir.

Na multiplicidade dos problemas nacionais a enfrentar, dois existem, a meu ver, que assumem para o Partido uma particular importância: os problemas de uma justa orientação política — (problemas programáticos, táticos, etc.) e os problemas dos métodos a serem usados. Ambos são importantes, mas estou firmemente convencido de que o que há de mais urgente a fazer é mudar os métodos. Com os métodos que temos pouco adiantaria — e não creio mesmo que, aplicando-os, poderia surgir uma orientação política nacional e justa.

O P. C. B. jamais soube usar a soma imensa da sabedoria coletiva do Partido. A arrogância e auto-suficiência de um pequeno grupo dirigente, que se projetava com maior ou menor intensidade em todos os escalões do Partido, de cima abaixo, matava no nascedouro qualquer embrião de idéia nova. «A verdade» tinha de vir sempre e invariavelmente, «de cima».

E' certo que se aconselhava que as bocas se abrissem... e, por vezes, elas se abriam mesmo; mas os ouvidos estavam entupidos pelos «canais» competentes de uma burocracia mais ou menos servil intelectual (Conclui na 8ª Pág.)

SALVAGUARDAR A UNIDADE DO PARTIDO, PRIMEIRO DEVER DO COMUNISTA

JOÃO AMAZONAS

O camarada Agildo Barata publicou em «NOTÍCIAS DE HOJE» um artigo intitulado — «Pela democratização do Partido», — o qual contém conceitos e opiniões errôneas, prejudiciais à causa que defendemos. Partindo das premissas falsas de que o movimento comunista mundial está em crise, de que existe no Comitê Central de nosso Partido uma suposta «crise de confiança», de que «estão fora da legalidade» todos os organismos dirigentes intermediários do Partido, escreve o camarada Agildo Barata um artigo para defender a necessidade de substituir pessoas na direção do Partido. O camarada Agildo Barata entra, assim, no debate, não para defender opiniões e participar da luta pelo reforço do Partido. Quem quer que leia seu artigo compreenderá imediatamente que seu objetivo é outro. Quer levantar no Partido um movimento contra a permanência de determinados camaradas nos organismos dirigentes do Partido, quer transformar a luta de opiniões em luta contra pessoas. O camarada Agildo Barata não pode desconhecer que salvaguardar a unidade do Partido é o primeiro dever de cada comunista. As opiniões errôneas do camarada Agildo Barata devem ser combatidas. No Partido não pode ter livre circulação idéias estranhas à ideologia do proletariado, muito menos, idéias prejudiciais à unidade do Partido. Examinemos, pois, algumas das questões levantadas no referido artigo.

—:—

Afirma o camarada Agildo Barata que o movimento comunista mundial está em crise. «Sofre, escreve ele, uma de suas mais gigantescas crises». Desde a época da decomposição da II Internacional — quando campeava o oportunismo, quando o movimento ia em retrocesso, quando se tornava necessário criar partidos de novo tipo — desde essa época, diz Agildo Barata, o movimento operário não atravessa tão dura prova.

O camarada Agildo Barata não demonstra sua afirmação. Diz apenas que a crise consiste na luta entre duas concepções em choque: uma que defende o velho e outra que deseja o novo.

E de crer que o camarada Agildo Barata não quer, com isto, referir-se ao choque normal de opiniões dentro do Partido. Na luta revolucionária há um constante processo de superação do velho pelo novo. O novo surge e trava a luta contra o velho de maneira permanente dentro do Partido e do movimento revolucionário. Se essa luta de opiniões, a luta entre o velho e o novo, constituiu-se uma crise, o movimento comunista viveria num estado de crise crônica.

Na realidade, o camarada Agildo Barata defende em seu artigo a tese de que o movimento comunista mundial está dividido entre duas concepções antigônicas. E por isso, propugnando o surgimento de novas fórmulas, o camarada Agildo Barata afirma que, tais fórmulas, só podem ser encontradas através

do «choque violento, por vezes mesmo brutal» entre o velho que resiste e o novo, que ainda vai surgir desse choque violento.

Semelhante tese nada tem de marxista e é extremamente perigosa. Nada tem de marxista porque a luta entre o velho e o novo, no Partido, não constitui uma contradição antigônica que deva ser resolvida por métodos violentos. Só existem contradições antigônicas no Partido quando de nele penetram concepções estranhas ao marxismo, quando há forças contra-revolucionárias que procuram desviar o Partido de seu justo caminho. E é extremamente perigosa, porque dirigida contra a unidade das forças revolucionárias, visa a enfraquecer o campo do socialismo que suporta dura luta contra o campo imperialista.

De outra parte, a crise de que fala o camarada Agildo Barata, se existisse, deveria expressar-se negativamente no conjunto das realizações socialistas e da atividade dos comunistas. Não pode haver crise sem consequências materiais. Tal fenômeno, porém, não ocorre, a realidade é bem outra.

O movimento comunista alcançou, nestes últimos 10-12 anos, significativas vitórias. O socialismo que existia em um único país, transformou-se num sistema mundial, e as idéias socialistas adquiriram grande força de atração. Cresceram imensamente a autoridade e o prestígio da União Soviética, em marcha para o comunismo. Triunfou a Revolução na China. Os Partidos Comunistas robusteceram-se em todo o mundo: na França, tornou-se o 1.º Partido; na Itália, junto com os socialistas de esquerda, representa quase a metade do eleitorado; na Indonésia, o PC é agora o 3.º grande partido do país.

Em ligação com estes êxitos, verifica-se a desagregação do sistema capitalista. O imperialismo sofre derrota após derrota: na Europa, na Ásia, na África, no Oriente Médio, na América Latina. E por isso desespera e tenta, sem o conseguir, fazer voltar atrás a roda da História.

Erros, sem dúvida, foram cometidos no movimento comunista mundial. Não se avança sem cometer erros. Há erros corrigidos ou em via de correção, erros que afetaram e afetam, em maior ou menor escala, este ou aquele país socialista, este ou aquele Partido Comunista. Mas isto não nega, nem anula, no conjunto, os imensos êxitos já alcançados pelo movimento comunista mundial. Tudo isto revela e comprova a justeza e a vitalidade das idéias marxistas-leninistas que se vão tornando vitoriosas em todo o mundo.

Não se pode, portanto, falar em crise e, menos ainda, falar em choques de concepções antigônicas no movimento comunista mundial.

Ao que parece, o camarada Agildo Barata, perde de vista o quadro real de avanço do movimento revolucionário e confunde o secundário, que são os erros e defeitos, com o principal, que são os acertos e os êxitos alcançados.

Propugnando o surgimento de novas fórmulas para o movimento revolucionário brasileiro, o camarada Agildo Barata, levanta no seu artigo outra questão: a quem cabe realizar o debate? a quem cabe elaborar a orientação, a linha geral do Partido?

Segundo o camarada Agildo Barata esta tarefa cabe à intelectualidade marxista, ou, como escreve, à «intelligentsia» marxista. Também é errônea essa tese do camarada Agildo Barata.

O Partido Comunista elabora sua orientação e enriquece seus princípios coletivamente. Isto dá ao Partido do proletariado uma grande vantagem sobre os partidos burgueses. Militando em suas fileiras operários, camponeses, donas de casa, intelectuais, etc., pode e deve o Partido incorporar criticamente a experiência e o conhecimento variado e complexo de seus militantes e das massas. Essa ampla experiência, baseada na doutrina marxista, é o que se denomina de sabedoria coletiva do Partido. Se o Partido quer acertar, deve apoiar-se na sabedoria coletiva de seus membros. Toda elaboração individual, ou de um pequeno grupo, como prova nossa própria experiência, está sempre sujeita a unilateralismos e a erros. Por isso o Partido deve esforçar-se por atrair à elaboração de sua linha política e de seus documentos fundamentais, o maior número possível de militantes. Nisto justamente consiste uma das vantagens essenciais da democracia interna.

O camarada Agildo Barata, quer, no entanto, dentro do Partido, uma nítida distinção entre os seus membros — de um lado, a «intelligentsia» e, de outro, os demais membros do Partido. Aos primeiros cabe realizar o debate e descobrir o novo. E aos demais? O silêncio do camarada Agildo Barata não deixa de ser significativo, porque evidentemente seria embaraçoso, em artigo em que se fala da democratização, justificar a existência nas fileiras do Partido de toda uma categoria de insubmissos que nada mais deve fazer senão obedecer, realizar cegamente as tarefas decorrentes de uma linha política «descoberta» pela «intelligentsia» marxista do Partido. Não se pode estabelecer uma divisão entre intelectuais e operários no Partido. Uns e outros são membros do Partido e contribuem, na esfera de sua atividade e na medida de sua capacidade, para a elaboração da política do Partido para o fortalecimento do Partido e de suas ligações com as massas.

Ao tratar desta questão, o camarada Agildo Barata cai no idealismo, por mais que, em seu artigo, fale no materialismo dialético. É evidente que o camarada Agildo Barata supõe ser o novo uma invenção racionalista (a verdade deve ser encontrada pela simples força da inteligência). Para um marxista, no entanto, o novo não será jamais fruto de uma criação abstrata, só poderá surgir como expressão de um processo de forças reais, da prática de milhões de pessoas.

(Conclui na 8ª Pág.)

Resolução do Comitê Regional de Minas Gerais do Partido Comunista do Brasil

O Comitê Regional de Minas Gerais do Partido Comunista do Brasil, após reuniões das quais participaram outros elementos dirigentes do Partido, para debater os importantes problemas suscitados pelo XX Congresso do P.C.U.S. e o Projeto de Resolução do Comitê Central do P.C.B., resolveu tomar esta resolução pública, dirigida aos comunistas, aos trabalhadores e a todas as forças populares e progressistas da Região.

A DISCUSSÃO NO PARTIDO

O Projeto de Resolução do C.C. do P.C.B. sobre os ensinamentos do XX Congresso do P.C.U.S., o culto à personalidade e suas consequências, a atividade e as tarefas do P.C.B., pelo qual o C.C., embora com atraso, como reconheceu, abriu a discussão no Partido, constituiu um passo significativo para o rompimento com os velhos métodos de direção partidária. Sob este aspecto, atendeu plenamente às exigências do Partido.

O C.R. de Minas Gerais manifesta sua satisfação e, mesmo, entusiasmo pelos debates que se travam no Partido. Congratula-se pelo início de um sadio processo de democratização da vida partidária na Região. Há uma justa preocupação dos comunistas, amigos e simpatizantes em examinar a atuação do Partido, particularmente os erros que têm impedido um maior avanço em sua atividade. Liberta-se o espírito crítico e autocrítico. Consta-se uma sensação nova e uma confiança revolucionária no combate aos males decorrentes do culto à personalidade. São denunciadas com vigor as violações dos princípios leninistas de direção coletiva e já se dão os primeiros passos mais firmes no combate ao dogmatismo e ao subjetivismo, procurando-se estudar a realidade local e as experiências da própria vida do Partido e das lutas do povo. Começa, pois, a circular um sangue novo em nosso Partido, na Região.

Não temos nós, comunistas, de que arrepender-nos com esse debate amplo e democrático. A luta de opiniões, a crítica e a autocrítica, é a única maneira de assegurar, em nossas fileiras, a correção dos erros, a vitória do que é novo sobre o que é velho e deve ser superado, para a conquista de novos êxitos. Unidos como um bloco indissolúvel, tendo à frente o C.C., estamos seguros de que se abre, a nosso Partido, uma ampla perspectiva de avanço e fortalecimento.

Reconhece, entretanto, o C.R. que, ao abandonar a posição anterior de excessivo centralismo, abdicou de seu papel dirigente, deixando, por isso, que as discussões se desenvolvessem espontaneamente. Acredita o C.R. que no mesmo erro incorreu o C.C.: No sentido da correção dessa falha, a carta do camarada Prestes ao C.C. foi uma contribuição positiva. A ausência de orientação nos debates vinha contribuindo para que eles se realizassem, de modo geral, desligados do Projeto de Resolução do C.C. e pouco relacionados com o estudo da realidade da Região, não estimulando, por outro lado, nossa atividade política de massas. Daí a necessidade de corrigir essas falhas e, ao mesmo tempo, intensificar os debates.

ALGUMAS QUESTÕES DO XX CONGRESSO DO P.C.U.S. E A SITUAÇÃO POLÍTICA

ATUAL

O C.R. debateu algumas questões levantadas no XX Congresso do P.C.U.S., os últimos acontecimentos políticos ocorridos no mundo e a influência dos mesmos em nosso país.

Tais acontecimentos vêm confirmar a justeza das questões focalizadas no XX Congresso do P.C.U.S., como a da coexistência pacífica dos dois sistemas, a possibilidade de impedir as guerras em nossa época, o desmoronamento do sistema colonial do imperialismo e as formas de transição dos diferentes países ao socialismo.

Diante disso, desesperaram-se os círculos monopolistas das potências colonialistas, que tudo fazem para desencadear uma nova guerra mundial. Simultaneamente com o ataque ao Egito e aproveitando-se do movimento gerado pelo descontentamento das massas em consequência dos sérios erros cometidos pelo Partido Comunista e pelo Governo da Hungria, provocam uma contra-revolução naquele país. Não alcançaram porém seu intento, em virtude da ação da União Soviética em defesa do socialismo e da paz. Ao mesmo tempo, as forças da paz conseguem aliviar a tensão criada pelas potências colonialistas no Egito.

As forças colonialistas norte-americanas, aproveitando-se dos acontecimentos internacionais, voltam-se com mais sofreguidão para o Brasil. A pretexto de defesa do hemisfério, pretendem instalar uma base de foguetes teleguidados em Fernando de Noronha e outras bases militares em nosso território, ferindo nossa soberania e procurando nos entrosar a uma política de guerra que a Constituição proíbe e nosso povo repele. Obetivam, com isso, a completa dominação política do

país, impedir o movimento pela democracia e em defesa da soberania nacional, que cresce; e, ao mesmo tempo, modificando a política atômica do governo, apoderando-se de nosso petróleo, dos minerais atômicos e demais riquezas nacionais, aprofundar o domínio econômico; sobre o país, possivelmente afastar outros concorrentes estrangeiros que afluem ao Brasil e impedir o nosso desenvolvimento que, evidentemente, contraria seus interesses.

Não é por acaso que tais fatos coincidem no país com uma onda de agitação reacionária e entreguista, visando, entre outras coisas, afastar do governo os elementos mais patriotas e democratas e fechar entidades e jornais.

Acreditamos que, com sua ação patriótica, saberão os mineiros contribuir para que seja repelida a pretensão colonialista. Confiamos em que o processo de unificação das forças patrióticas e democráticas continuará a desenvolver-se, isolando os reacionários e entreguistas. Prosseguiremos, assim, mais rapidamente, no caminho da defesa de nossa soberania e da manutenção de um clima de legalidade e de paz, no qual o povo, desfrutando das franquias democráticas asseguradas pela Constituição, possa avançar no sentido do progresso social.

SOBRE O CULTO À PERSONALIDADE E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA REGIÃO

O C.R. debateu o problema do culto à personalidade e suas consequências entre nós. Para os marxistas, são as massas trabalhadoras que fazem a história. Os indivíduos, as personalidades, jogam um papel maior ou menor na medida em que expressam as necessidades já maduras do desenvolvimento social.

Um dos mais preciosos ensinamentos do XX Congresso foi o combate ao culto à personalidade. Iniciando-se paulatinamente em torno de Stalin, o culto à personalidade chegou a erigir-se num sistema, a partir da União Soviética. A opinião do conjunto dos comunistas, o pensamento e a ação das massas foram relegados a plano secundário. Tudo o que vinha de Stalin passou a ter foros de infalibilidade. Daí a imposição de cima para baixo, o subjetivismo, o desrespeito à realidade. Tal situação se refletia mais ou menos no movimento comunista de cada lugar, conforme o conhecimento maior ou menor do marxismo e da realidade objetiva e sua ligação com as massas.

No país, aceitávamos como verdades indiscutíveis tudo o que vinha de fora. Aplicávamos mecanicamente as experiências dos outros Partidos Comunistas, particularmente do P.C.U.S. Cremos que o reflexo dessa situação na atividade de nosso Partido precisa ser examinado historicamente. A nosso ver, o Projeto de Resolução devia ter destacado que reside na pouca assimilação do marxismo pelo Partido e na sua falta de ligação com a realidade brasileira uma das causas principais de nossos erros.

Pensamos igualmente que as manifestações do culto à personalidade devem também ser examinadas em relação a Minas, analisando-se a posição de menosprezo de círculos dirigentes do C.C. para com os comunistas da Região.

Nos debates até agora realizados na Região, ficou constatado como tem sido prejudicial, para o nosso Partido, a prática do culto à personalidade, que também aqui se erigiu em sistema. Suas funestas manifestações verificaram-se de várias maneiras: no mandonismo, no arbítrio, na auto-suficiência, por um lado; na insensibilidade, no conformismo, na despersonalização, por outro lado. Criou-se um ambiente onde os «chefes» davam ordens e os «subordinados» obedeciam, a pretexto da unidade e da disciplina. Eram tais os métodos de trabalho empregados, que muitos camaradas estavam se tornando estranhos à sociedade, perdendo mesmo as características do povo mineiro. E, pois, compreensível que, nessas condições, o trabalho com as massas, o trabalho com os aliados, a construção do Partido, tudo, enfim, se tornava extremamente difícil.

Não realizávamos a direção coletiva, nem criávamos condições para que ela se exercesse plenamente. Isto, a começar do próprio Comitê Regional, onde imperava, absolutamente, o Secretariado. Os demais membros do C.R. eram como que representantes do Secretariado nos organismos em que atuavam. Era comum que entre uma reunião e outra um membro do C.R. fosse transferido sem o conhecimento do organismo, pois que dirigia era o Secretariado e não o Comitê. O culto à personalidade se dava especialmente com o 1º secretário, particularmente se tratando de membro do C.C. O próprio secretário era tolhido, na prática, pelo 1º secretário. E o mesmo quadro se repetia de organismo para organismo. Assim, o sistema do culto não estimulava a iniciativa criadora dos comunistas, dos organismos intermediários, das organizações de base do Partido. O pró-

prio estudo da teoria era dogmático, preso a fórmulas que procurávamos introduzir, à força, numa realidade que pouco dominávamos. Nessas condições, era difícil ao C.R. traçar uma acertada conduta política.

Considera o C.R. indispensável um reexame da política adotada em relação aos membros do Partido. Cada organismo precisa rever os métodos adotados nas «promoções», «rebaixamentos», afastamentos e, até mesmo, expulsões do Partido. Tal revisão deve basear-se nas indicações do Projeto de Resolução do C.C. Ao lado dessa revisão e redistribuição criteriosa dos membros mais responsáveis do Partido, cada organismo precisa cuidar, também, da preparação teórica de seus membros, a fim de que os mesmos possam estudar e interpretar com justeza a realidade local e saber, junto com o povo, encontrar a saída mais justa para cada problema.

O C.R. chama a atenção para a necessidade de um estudo concreto, na base da experiência, da estrutura orgânica do Partido, pois esta deve estar subordinada aos objetivos políticos e às tarefas do Partido. Assim, ao chegar ao V Congresso, teremos uma visão clara sobre a forma de estrutura que deva ter o Partido.

Cremos que os sérios erros e falhas existentes poderão ser sanados através das mudanças nos métodos de direção e no esforço conjunto pelo domínio do marxismo e da realidade de cada local, o conhecimento dos problemas de todas as camadas populares e o estreitamento de nossas ligações com as mesmas. Joga, nesse sentido, um papel primordial para a democratização da vida partidária considerar de forma justa e estimular as críticas de cada militante, dos amigos do Partido e das massas. Garantir livre curso à crítica e à autocrítica em nossas fileiras será a maneira mais segura para o desenvolvimento firme de toda a capacidade criadora e realizadora do Partido e das massas.

ALGUNS ASPECTOS DA REALIDADE DO ESTADO

O C.R. debateu alguns aspectos do desenvolvimento econômico-social do Estado, os objetivos em torno dos quais a ação das forças progressistas podem impulsioná-lo e a posição do Governo Bias Fortes.

Não tem o C.R. a pretensão de haver esgotado esses problemas ou de ter dado a última palavra sobre os mesmos. Isto só poderá ser feito com o estudo, o debate e a ação do conjunto do Partido e de todas as forças interessadas no desenvolvimento do Estado, inclusive da intelectualidade mineira.

Acha o C.R. que nada justifica a análise excessivamente tímida do Projeto de Resolução sobre a realidade econômico-social do país. O Programa do Partido fez uma análise unilateral dessa realidade, levando-nos a posições setárias que não contribuíam para a unificação das forças progressistas. O Projeto, admitindo a invalidade de algumas teses do Programa, mas não aprofundando o exame da realidade do país, deixou o Partido desarmado na luta pelos objetivos colocados.

Julga o C.R. inteiramente justa a indicação do Projeto, para que os organismos do Partido estudem concretamente a disposição das forças políticas e a composição dos governos locais. Para isto precisamos conhecer como se manifestam, no Estado, as leis de desenvolvimento social, em que base econômica se assentam suas instituições. De outro modo, cairemos inevitavelmente num exame superficial e em opiniões mais ou menos subjetivas sobre as forças políticas e o governo do Estado.

Um dos aspectos básicos da realidade de Minas é ainda seu atraso econômico-social, mesmo em relação ao país. Sua renda per capita é inferior à renda média do Brasil. A economia do Estado ainda se caracteriza, em boa parte, pela exportação dos produtos primários. Alimentamos o resto do país e o estrangeiro de minério bruto, mas não temos aqui uma grande siderurgia. Temos o maior rebanho bovino do país, mas quase nos limitamos a exportar gado em pé. Desfrutamos da situação pouco lisonjeira de ser o grande exportador de braço humano para os centros mais promissores do país, pois de acordo com o Censo de 1950 mais de 1 milhão e 200 mil mineiros vivem fora do Estado. Como consequência desse atraso, chega-se à dolorosa constatação de que no Estado estão... fora do alcance econômico do sistema educacional e sanitário cerca de 5.400.000 habitantes. (Plano de Eletrificação de Minas Gerais - 1950).

Outro aspecto inegável é a penetração das forças estrangeiras na economia do Estado. Indiretamente, como parte do país, é evidente nossa dependência da economia norte-americana. Diretamente, forças econômicas européias têm aqui uma expressão considerável, controlando mais de 70% dos capitais da indústria siderúrgica de Minas.

Contudo, uma característica desta realidade é também o avanço da industrialização. Avanço desordenado, associado à penetração econômica estrangeira, mas, de qualquer forma, um avanço. Ele se acentua enormemente nos últimos anos, sobretudo em alguns setores da indústria básica, como energia elétrica, siderurgia e cimento. Mas seria errado restringi-lo a este período. Seu início talvez possa ser localizado na década de 1920. Uma particularidade é que o Estado participa diretamente desse avanço, suprindo a insuficiente acumulação capitalista privada ao tomar a seu cargo os maiores empreendimentos.

Outro aspecto da realidade mineira é o estacionamento, ou, mesmo, retrocesso relativo de sua produção agrícola. Dos quatro principais produtos, que abarcavam, em 1953, 79% do valor de sua produção agrícola, apenas o arroz vem aumentando sua produção. Os demais não acompanham, sequer, o ritmo de crescimento da população. E o rendimento da terra, por hectare, diminui progressivamente, com exceção do café, onde acusa ligeiro avanço.

Que base econômico-social corresponde a essa realidade? Julgamos errado, hoje, falar no predomínio das relações de produção semifeudais, retrógradas. Diversos fatores nos levam a constatar o predomínio das relações de produção capitalistas. O valor da produção industrial se torna cada vez mais expressivo em relação ao da produção agrícola; o número de parceiros e o valor da quota-parte de sua produção, de acordo com o Censo de 1950, são inferiores ao número de assalariados agrícolas e ao valor total de seus salários. A penetração capitalista atinge o campo, principalmente pela transformação gradativa de latifundiários em latifundiários aburguesados. Mas seria igualmente errôneo ignorar a existência de fortes sobrevivências feudais. O monopólio da terra, acentuado de 1940 para 1950, a parceria e os métodos primitivos de exploração da terra são, a nosso ver, as causas do atraso na agricultura e de boa parte dos entraves à própria indústria.

A burguesia é, em Minas, no fundamental, uma força econômica e politicamente ativa em defesa do progresso e do desenvolvimento do país. O afã de progresso é hoje uma característica da burguesia mineira. Ao mesmo tempo, apega-se ela às soluções estatais, sendo conhecidas as posições de seus órgãos de classe a esse respeito, o que a dispõe naturalmente a uma posição anti-imperialista. Isto, cremos, se explica pelas excepcionais condições de Minas, particularmente de sua região central, para a indústria pesada, que se manifesta mesmo como uma tendência histórica. A burguesia mineira não contendo com uma acumulação capitalista suficiente para enfrentar tal problema, volta-se acentuadamente para as soluções estatais. Contudo, ela está presa a algumas amarras em sua luta pelo desenvolvimento industrial: acha-se associada ao imperialismo, particularmente o europeu, o que, no entanto, lhe facilita certas manobras face ao imperialismo norte-americano dominante no país; ela própria está comprometida com o monopólio da terra e vacila em atacá-lo.

Com o desenvolvimento da indústria, cresce o proletariado industrial. Seu número passou, de menos de 20.000, em 1920, a... 150.000, em 1955. O Presidente da Federação das Indústrias de Minas, ao revelar o plano do aumento da potência elétrica do Estado, até 1960, de 430.000 para 750.000 kw, prevê ao mesmo tempo, o crescimento do proletariado para 350.000. O processo de unificação da classe operária avança sensivelmente. Além disso, procura tomar posições políticas, ingressando em Partidos políticos, principalmente no P.T.B. e no P.C.B. O proletariado é, hoje, importante força política na sociedade mineira, como demonstrou nas últimas eleições. O proletariado industrial luta junto com a burguesia e demais forças progressistas pelo desenvolvimento industrial do Estado, mas defende, ao mesmo tempo, suas reivindicações específicas. O desenvolvimento econômico de Minas não pode dar-se com o sacrifício da classe operária.

Com a penetração do capitalismo no campo, cresce o número de assalariados agrícolas, contingente numeroso que, se unido e organizado, constituirá inevitavelmente poderosa força, ponte de apoio para a imensa massa dos camponeses sem terra. Ao mesmo tempo surge, principalmente no Triângulo Mineiro, certo número de arrendatários capitalistas. O próprio fenômeno do aburguesamento de latifundiários cria uma camada que não se identifica completamente com o latifundiário retrógrado. Assim, os latifundiários, cuja força social foi preponderante na sociedade mineira, passam a ocupar lugar secundário.

O Estado, em Minas, é o reflexo dessa realidade, na qual preponderam as relações de produção capitalistas, apesar de existirem ainda fortes sobrevivências feudais. Houve, a

(Concluída na 8ª Pág.)

Conclui na 7ª Pág.)

...no curso do desenvolvimento da economia mineira, uma modificação na correlação de forças, favorável ao capitalismo e desfavorável ao latifúndio. Sob este aspecto, cremos que o Movimento de 1930 merece melhor exame. Não temia ele marcado essa modificação na esfera política? São sintomáticas algumas conquistas daquele Movimento: o conceito de propriedade, o voto secreto, a legislação trabalhista, etc. A evolução desses acontecimentos levava a que, já em 1947, os constituintes mineiros inscrevessem na Constituição do Estado: «O Estado promoverá a extinção progressiva do latifúndio». É um Estado comprometido com grandes realizações industriais e, por conseguinte, interessado na defesa da indústria e da economia nacional. Mas, ao mesmo tempo, um Estado comprometido com o imperialismo, particularmente o europeu.

Pensamos que o Governo Bias Fortes é a expressão desse Estado. Vacilando em enfrentar os interesses estrangeiros quando se chocam com os interesses nacionais e não tomando ainda medidas que afetem o poder econômico dos latifundiários, ele realiza, no entanto, uma política de desenvolvimento industrial que responde, no fundamental, aos interesses da burguesia.

Pontos que já vêm agrupando as forças progressistas

Pensamos que a unificação das forças progressistas, no sentido do desenvolvimento industrial e de transformações substanciais em nossa estrutura agrária, poderá abrir um amplo caminho para o avanço da sociedade mineira no sentido do progresso. Alguns pontos vitais constituem o programa comum, natural, das forças progressistas, em torno dos quais elas já vêm se agrupando:

1 - Pelo desenvolvimento industrial do Estado, sobretudo da indústria básica.

Construção de «Três Marias» no prazo previsto pelo Governo Federal. Rescisão do contrato com a «Companhia Força e Luz de Minas Gerais» e sua integração na CEMIG. Construção da Usina de Furnas, como sociedade de economia mista, assegurada a indenização, pelo justo valor, das propriedades agropecuárias a serem desapropriadas, e não estrangulamento dos municípios próximos à barragem e a quota de energia necessária ao Estado de Minas. Rescisão do contrato com a «Companhia Telefônica de Minas Gerais» e sua transformação em sociedade de economia mista. Construção da Usiminas. Construção da Estrada do Minério, através de concorrência pública, como empresa nacional semelhante à «Companhia Vale do Rio Doce», resguardados os interesses da R. M.V. e da população por esta servida. Aceitar a inversão de capitais estrangeiros, resguardados os interesses nacionais e nossa soberania. Construção de uma refinaria de petróleo, pela «Petrobrás». Revisão da tributação sobre minérios, tendo em vista os interesses dos municípios de mineração. Relações comerciais com todos os países.

2 - Por medidas de reforma agrária

Cumprimento da Constituição do Estado quando estabelece: «O Estado promoverá a extinção progressiva do latifúndio». Venda ou concessão das terras devolutas a quem não

possua outra propriedade. Assegurar o título de posse aos posseiros, de acordo com o que estabelece a Constituição do Estado. Aplicação do imposto territorial, de acordo com o que estabelece a Constituição do Estado. Intensificação do financiamento, desburocratização do sistema de crédito agrícola e criação ou transformação de um dos Bancos do Estado em Banco de crédito rural. Estimulo à criação de cooperativas de produção. Reforma do arrendamento da terra. Elaboração e execução de um plano visando estabelecer, junto às Prefeituras, postos de aluguel de tratores e de outras máquinas agrícolas. Extensão da legislação social ao campo.

3 - Pela melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras e populares.

Aplicação efetiva da lei do salário mínimo e sua extensão a todo o funcionalismo. Reajustamento geral e imediato dos salários. Previdência social. Contenção dos preços. Contra o aumento dos impostos indiretos. Melhoria para os municípios e as populações do interior.

4. Pela defesa das liberdades democráticas.

Defesa das liberdades consagradas na Constituição Federal. Abolição das discriminações ideológicas e políticas. Revogação das leis que ferem as franquias constitucionais, como o decreto 9.070 e arquivamento dos projetos de lei contra a liberdade de imprensa e da lei chamada «de fidelidade à pátria». Extensão do voto aos analfabetos, soldados e marinheiros.

5. Por uma política externa de Independência e de paz.

Política externa independente, em pé de igualdade e de relações pacíficas com todos os países. Não concessão de base militar a nenhum país estrangeiro. Política de apoio aos povos dependentes em sua luta de libertação nacional.

»»» X «««

O C.R. não chegou a uma conclusão definitiva na caracterização das forças políticas do Estado. Contudo, pensa que devemos aproximar-nos dos diversos Partidos, grupos, ou forças políticas visando formar com todos aqueles que lutam pelo progresso de Minas e do país. Essa aproximação deverá ser tanto mais íntima com aquelas forças que facilitem a unificação da classe operária.

O C.R. chegou à conclusão de que, se era compreensível, mas não justificável, certa perplexidade no Partido, em consequências dos problemas despertados pelo XX Congresso do P.C.U.S., tal situação não pode perdurar. Trata-se, a nosso ver, de ligar os debates que se travam no Partido aos problemas diários das massas. A razão de ser dos comunistas é servir ao povo. Na medida em que as forças progressistas forem sentindo a justa atuação dos comunistas, mas irão reclamando a necessidade do Partido, como uma das forças ativas na luta pela conquista do progresso, da Independência e ao bem-estar de nosso povo.

Dezembro de 1956. O Comitê Regional de Minas Gerais do P.C.B.

(Conclusão da 6ª Pág.)
tualmente. E a surdez atingia aspectos iniciais no chamado núcleo dirigente».

Não creio que alguém houvesse sido estranho a esses métodos forçados no ambiente avassalador do culto à personalidade, culto que, de resto, não era senão também uma das consequências dos próprios métodos. E nem creio tampouco que se trate de escalar entre nós alguns Stalins botocudos. Quem de nós escaparia?

Não acredito, porém, que haja luta de opiniões, que haja livre discussão, sem que surja plenamente, sem restrições, a democracia interna em nossas fileiras.

Num Partido marcado pela ausência quase absoluta de discussão livre e democrática, como é o P. C. B., é claro que numa hora em que se quer iniciar um debate, seria impossível deixar de surgirem tendências más: ou um excessivo liberalismo ou uma tendência a voltar ao velho e calmo sossego das bocas caladas e obediências. Ambas essas tendências nada têm a ver com os princípios do marxismo-leninismo, nem com o internacionalismo proletário, nem muito menos com os interesses do Partido na atual conjuntura do mundo e do Brasil.

O livre debate — democrático e construtivo — é a única saída, no momento. Qualquer tentativa de asfixiá-lo, além de ser uma ingenuidade inútil, pode conduzir a explosões desnecessárias.

Temos trinta e três anos de mandonismo e praticismo e apenas alguns dias de democracia. Somos bisinhos na arte de discutir e de aprofundar os problemas. Sem a discussão, a mais ampla e mais generalizada, não encontraremos as saídas e as justas soluções.

Dai a importância do debate. Dai a importância da democratização do Partido.

X:—X

Para a democratização do Partido, algumas medidas práticas se impõem desde logo, sem prejuízo de outras que surgirão no curso do próprio processo de discussão e democratização. Eis porque sugiro e pretendo trabalhar pela adoção de algumas dessas medidas. A primeira delas é a imediata realização de eleições em todos os organismos intermediários do Partido (do ponto de vista estatutário — ver artigos 34, 36 e 38 — todos os comitês regionais, zonais e dis-

tritas estão fora da legalidade estatutária). São ajuntamentos de camaradas e não organismos de um Partido que tem no centralismo democrático um dos seus princípios diretores. De passagem, é preciso dizer que as «normas orgânicas» para a realização de tais eleições é tarefa do C. C. e o C. C. tem a maior responsabilidade nesta infração frontal e grosseira a nossos Estatutos. Este «ensaio geral» democratizante, antecipando os trabalhos do V Congresso, precisa ser realizado o quanto antes. Esta medida — e o creio firmemente — poderia contribuir de forma decisiva para mostrar, que realmente existe a vontade de democratizar o Partido, de respeitar seus Estatutos. Sobre a necessidade desta medida não pode surgir nenhum argumento contra nem razão alguma que justifique seu adiamento. Ao contrário, sua execução imediata, arrejaria a vida dos organismos intermediários do Partido, dar-lhes-ia vigor e autoridade.

Outra medida orgânica democratizante que penso deva ser tomada urgentemente é a de fazer modificações no Presidium e no Secretariado, afastando desses organismos os camaradas mais categorizados nos métodos arbitrários e mandonistas.

E' de ver que as medidas orgânicas por si só não resolvem o problema dessa fundamental medida que é a democratização do Partido, mas constituem parte desta solução.

X:—X

Sem temores nem alarmas, sem medo de medidas punitivas, num ambiente de livre discussão e de intenso e permanente debate é que poderemos, iluminados pelo marxismo-leninismo, encontrar e plasmar as fórmulas novas capazes de enfrentar e resolver os problemas do Partido e de suas ligações com as massas brasileiras.

O marxismo-leninismo, porém, não é tão somente uma teoria; é teoria e ação. E' preciso combinar a discussão impenitente com a ação ininterrupta. E isto porque vai ser necessária a superação cotidiana de contradições inevitáveis que surgirão no próprio processo de democratização do Partido.

Tomemos, por exemplo, o problema da direção coletiva. Nosso Partido era dirigido por um pequeno grupo de três a quatro camaradas, sem dúvida esforçados, esfa- dos mesmo, com as tarefas

que açambarcavam num centralismo incrível, e para as quais não podiam encontrar as mais justas soluções e, frequentes vezes, nem mesmo quaisquer soluções.

Conseguimos dar um pequeno passo à frente na conquista de uma direção coletiva: tomaram-se medidas para que o Presidium dirija o Partido entre uma e outra reunião do C. C. e que o Secretariado apenas cuide (o que não é pouco) do trabalho diário do Partido. Ao mesmo tempo, o C. C. passou a reunir-se com maior frequência e a assumir paulatinamente a direção do Partido. Neste momento em que se dá passos, ainda que tímidos, no caminho do estabelecimento de uma direção coletiva, neste momento estala uma crise de confiança no C. C. Como superá-la? Eis um problema prático que no processo de democratização, precisa ser enfrentado. A meu ver uma medida talvez incompleta, mas sem dúvida necessária, para superar a contradição, é realizar modificações no Presidium e no Secretariado, o que encontra viabilidade nos próprios Estatutos (ver art. 28), modificações que afastam os camaradas mais responsáveis pelos métodos de mandonistas e autoritários.

Outro exemplo: — Certos «organismos» dirigentes, como o C. R. Rio, se apresentam tomando resoluções em nome de um organismo quando a rigor não são propriamente organismos, pois não foram eleitos nos prazos estatutários nem representam democraticamente os organismos e organizações sob sua jurisdição. Que fazer? Realizar imediatamente as eleições que os Estatutos determinam e que isto seja feito o quanto antes.

Muitas e muitas outras contradições já surgiram e surgirão neste duro e difícil processo de democratização. Tenho porém, confiança inabalável na vitória final da luta pela democratização do Partido. Neste processo, o livre debate assume importância gigantesca. Contra o debate livre e criador, construtivo e revolucionário, certamente irão surgir resistências anti-revolucionárias e conciliadoras idealistas. Uma e outras, em nome dos supremos interesses do Partido e do povo brasileiro, precisam ser superadas. E posto que a História não apresenta problemas que não tenham solução, as resistências serão esmagadas e a estrada que conduz ao futuro será limpa.

Rio, 27 de novembro de 1956

SALVAGUARDAR A UNIDADE DO . . .

(Conclusão da 6ª Pág.)
prática sistematizada e generalizada pelo Partido.

Defenda, ainda, a camarada Agildo Barata, outra vez falsa e contrária aos interesses da classe operária; a tese da legitimidade dos órgãos dirigentes intermediários do Partido.

Para o camarada Agildo Barata não existem de direito os organismos intermediários do Partido: os Comitês Regionais, os Comitês Zonais, os Comitês Distritais. Isto porque nos prazos estabelecidos não foram realizadas as eleições nos prazos estabelecidos. A rigor, diz ele, não são propriamente organismos pois não foram eleitos nos prazos estabelecidos nem representam democraticamente os organismos e organizações sob sua jurisdição. Esta tese, em última análise,

é uma negação do Partido como organização viva e atuante.

Nosso Partido é organizado à base do centralismo democrático e isto significa que toda organização do Partido deve obrigatoriamente possuir sua direção. Até tal ponto é fundamental a questão das direções no sistema do centralismo democrático que, se numa empresa, existem comunistas, mas não há dirigentes, aí não se pode dizer que existe uma organização do Partido. Negando a legitimidade dos órgãos dirigentes intermediários do Partido, o camarada Agildo Barata, nega a própria existência do Partido como organização.

Essa dúvida, as eleições normais nos organismos do Partido não necessárias e constituem uma exigência do centralismo democrático. O fato de não se terem realizado as eleições nos prazos previstos, constituem uma falha em nossa atividade partidária. Para corrigi-la, o C. C. já adotou, em novembro, uma resolução no sentido de que sejam elaboradas as normas para a reali-

zação das Conferências. Daí, porém, a negar o Partido como organização, a negar a existência, a autoridade e as funções dos órgãos dirigentes intermediários do Partido, vai uma grande distância.

Se a tese do camarada Agildo Barata fosse admitida como válida, nosso Partido tampouco havia existido «legitimamente» nestes 34 anos, porque transcorreram 25 anos na vida do Partido sem que se realizasse um único Congresso. E isto não só ocorreu em o nosso Partido. Também com o PCUS, entre 1939 e 1952. E ainda agora o VIII Congresso do Partido Comunista da China se distanciou 11 anos de VII Congresso, apesar de que os Estatutos desse Partido estabelecem prazos bem menores.

Acaso o camarada Agildo Barata considerava a direção do Partido irmão da China, tal como considera os órgãos dirigentes intermediários de nosso Partido, simples «ajuntamento de camaradas e não um organismo de um Partido que tem no centralismo democrático um de seus prin-

cipios diretores?»

O camarada Agildo Barata condena muito justamente em seu artigo os métodos errôneos existentes em nossas fileiras. Métodos impositivos, sectários, que existem desde longa data em nosso Partido. Tais erros precisam ser efetivamente corrigidos. Todos nós estamos interessados nessa correção.

Ao aborçar, porém, a luta contra os métodos errôneos, o camarada Agildo Barata, além de exagerar, negando o próprio caráter democrático de nosso Partido, descamba para um terreno perigoso. Ele quer a substituição imediata no Presidium e no Secretariado do C. C. de alguns de seus membros. Declara que esta é uma medida que deve ser tomada urgentemente e que pretende trabalhar por isto.

O camarada Agildo Barata defende aqui o seu direito de intervir, dentro da lei orgânica do Partido, na composição de sua direção, e em a luta aberta contra a direção do Partido, contra a unidade do Partido. Em reunião do C. C., o camarada Agildo Barata já fez uso de seu direito, apresentou sua proposta, que foi rejeitada. Que faz o

camarada Agildo Barata? Submete-se à decisão da maioria?

— Não. Trata de agitar pela imprensa e em toda a parte sua opinião pessoal. Tal direito o camarada Agildo Barata não tem.

E' estranhável que o camarada Agildo Barata, para dar peso aos seus argumentos, tenha mencionado em seu artigo a deliberação de uma «crise de confiança» no C. C. Em que se baseia o camarada Agildo Barata para fazer tão imprudente afirmação? Em qualquer organismo do Partido, inclusive no C. C., podem existir opiniões diversas e mesmo divergentes, mas a submissão à maioria é um preceito democrático e seria um grave erro ver em possíveis divergências uma «crise de confiança». E' este um julgamento subjetivo que, afinal, coloca o camarada Agildo Barata acima do próprio organismo, como juiz, a julgar, segundo sua opinião pessoal, em quem se deve ou não confiar. Isto, evidentemente, está em contradição com a própria democratização reclamada pelo camarada Agildo Barata.

Semelhante conduta — há de ouvir o camarada Agildo Barata — não contribui para fortalecer a unidade do Partido. Pelo con-

trário, incentiva o aparecimento de luta faccionista com a qual não pode concordar nenhum comunista e muito menos um dirigente com o passado revolucionário e as responsabilidades de nossa camarada Agildo Barata.

Por tudo isto, devemos dizer que o artigo de Agildo Barata, além de conter uma série de teses errôneas e prejudiciais aos interesses do Partido e do movimento revolucionário brasileiro. Não cremos que o camarada Agildo Barata escrevesse seu artigo com mais propósitos. Pensamos que está equivocado e que, desisto de combater métodos errôneos, utiliza métodos ainda mais errôneos.

Esperemos que o camarada Agildo Barata, sem deixar de lutar por suas opiniões, saiba corrigir o erro cometido com a publicação de seu artigo e tudo faça para debater as que se travam para elevar mais e mais o nome e o prestígio do Partido e do seu Comitê Central, para tornar mais sólida ainda a unidade do Partido em torno do Comitê Central e do chefe do Partido, o camarada Prestes.

São Paulo, 1956: Caiu 10% a Renda da Agricultura

A FALTA de assistência — podemos dizer o abandono — a que foi relegada a agricultura paulista, em 1956, resultou em consideráveis prejuízos para os agricultores e trabalhadores agrícolas, bem como para toda a economia do Estado. Se bem que os fatores climáticos tenham tido responsabilidade na queda da renda agrícola, no ano findo, deve-se assinalar que não coube àqueles a responsabilidade maior pelo fenômeno, que resultou muito mais de fatores como a retração do crédito oficial e dos próprios financiamentos particulares, os altos preços do arrendamento, o encarecimento das sementes e ferramentas agrícolas, etc., causas que, ao lado de outras, determinaram uma redução de quase 200 mil hectares na área cultivada em 1956, relativamente ao ano anterior. Essa redução da área cultivada, que foi de 5.050.604 hectares em 1956 contra 5.247.506 em 1955, juntamente com os fatores climáticos (geada, chuvas torrenciais na ocasião das colheitas, período de seca quando cresciam as plantações, etc.) levou a uma queda de 10% na renda bruta da agricultura paulista, no ano findo, queda que atingiu os Estados vizinhos, especialmente o norte do Paraná, onde se verificaram fenômenos semelhantes.

Porta-vozes do comércio e da indústria paulistas assinalam que a queda, em proporções tão consideráveis, da renda bruta da agricultura, constitui importante fator de agravamento das dificuldades do comércio e da indústria do Estado, contribuindo para dificultar a transformação industrial e o giro comercial, ocasionando desemprego e baixa do poder aquisitivo geral.

MENOS 5 BILHÕES

De acordo com um levantamento feito pela Subdivisão de Economia Rural da Secretaria da Agricultura de São Paulo, a renda bruta da agricultura paulista foi, em 1956, de aproximadamente 53,1 bilhões de cruzeiros, sofrendo uma queda de quase 5 bilhões em relação ao ano anterior.

É a primeira vez, em oito anos, que isso se verifica; desde 1948 a renda agrícola vinha aumentando de ano para ano. No quinquênio 1948-1952, a renda bruta da agricultura paulista alcançou a média de 20.540.194.000,00. São os seguintes (em milhares de

cruzeiros) os valores nos anos subseqüentes:

1953	32.189.668
1954	47.953.939
1955	57.910.327
1956	53.148.369

Portanto, se tomarmos para o quinquênio 1948-52 o índice 100, teremos que a renda bruta da agricultura paulista atingiu, no ano findo, em relação àquele quinquênio, o índice de 259, enquanto alcançara, em 1955, o índice de 282. Teve, pois, em relação ao quinquênio base, um aumento de 159%. Esse aumento, porém, se considerarmos a perda de valor da moeda, é em boa parte apenas aparente.

a renda agrícola de 1956 realmente superou a do quinquênio base (20,5 bilhões) em apenas 300 milhões de cruzeiros, e não em 32,6 bilhões, como a inflação faz aparentemente supor. Eis o cálculo (em milhares de cruzeiros) da renda deflacionada, apresentado por aquele economista de São Paulo:—

1948-52	20.540.194
1953	21.177.413
1954	26.641.077
1955	26.935.036
1956	20.842.498

Tomando-se para o quinquênio 1948-52 o índice 100,

concluiu-se que a renda agrícola de São Paulo, em 1956, teria alcançado o índice real de apenas 101, enquanto nos anos anteriores alcançaram: em 1953 — 103; em 1954 — 130; em 1955 — 131. No ano findo, pois, praticamente voltamos à média de 1948-52.

Pela simples enumeração dos dados acima já se podem tirar algumas conclusões, a primeira das quais a de que aumentaram consideravelmente, no último ano, as dificuldades dos agricultores paulistas, especialmente dos pequenos e médios.

DE APROXIMADAMENTE 5 BILHÕES A QUEDA DA RENDA BRUTA DA AGRICULTURA PAULISTA EM 1956, COM RELAÇÃO A 1955 ★ CONSIDERANDO-SE A DESVALORIZAÇÃO DA MOEDA, A RENDA DO ANO FINDO VOLTOU QUASE AO NÍVEL DA ALCANÇADA NO QUINQUÊNIO 1948-52, NUMA QUEDA QUE SE VERIFICA PELA PRIMEIRA VEZ NOS ÚLTIMOS OITO ANOS ★ ALGUMAS CAUSAS DO FENÔMENO



A produção de cana de açúcar aumentou consideravelmente em 1956, alcançando 14,7 milhões de toneladas, contra 12,2 milhões em 1955. O valor teve um aumento de aproximadamente 2 bilhões de cruzeiros, passando de 2.971.890,00 cruzeiros no penúltimo ano para 4.941.585 no último ano. O volume da produção de cana, que correspondeu a 75% do volume global dos 20 principais produtos agrícolas alinhados pela Subdivisão de Economia Rural da Secretaria da Agricultura, é responsável pelo aumento do volume global dos produtos agrícolas, que contrasta com a queda do valor total das mesmas em 1956.

O Projeto Sobre o Trabalho Rural

NA PRESENTE sessão legislativa deverá entrar na ordem do dia o projeto de lei sobre o trabalho rural, cuja discussão deverá processar-se em regime de urgência, já concedida anteriormente. O projeto conta com pareceres das comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Economia, sendo os dois primeiros favoráveis (com ligeiras emendas, que não fazem alterações de monta) e o último contrário. A Comissão de Economia, rejeitando o projeto em conjunto, apresentou ao mesmo tais emendas que, se aprovadas, resultarão em transformá-lo num projeto inteiramente contra os trabalhadores rurais. Uma dessas emendas, por exemplo, reduz o salário-mínimo pago nas fazendas a 70% do mínimo estabelecido por lei para as respectivas regiões. Uma outra suprime o direito dos trabalhadores às férias, utilizando o expediente de transferir a regulamentação da matéria a um futuro (e, por enquanto, hipotético) Código do Trabalho Rural. Ainda outra emenda praticamente liquida quaisquer garantias de duração dos contratos por tempo indeterminado, estabelecendo que o primeiro ano de vigência destes terá caráter "experimental", ficando a rescisão, sem qualquer indenização, à vontade do proprietário da terra ou da lavoura.

O destino do projeto, no Congresso, depende, em boa parte, dos interessados em sua aprovação — em primeiro lugar dos trabalhadores rurais e de seus sindicatos. Se estes, com a ajuda dos sindicatos operários, souberem lutar em defesa de seus direitos, poderão obter uma significativa vitória.

O AUMENTO REAL

Tomando por base dados da Prefeitura de São Paulo, relativos aos índices de custo da vida, para cálculo da desvalorização da moeda, o economista Rubens Araújo Dias calculou que a renda bruta da agricultura paulista em 1956, em cruzeiros de 1948-52, seria de apenas 20,8 bilhões. Isso quer dizer que



A renda bruta do algodão paulista caiu de 5.693.199.000,00 cruzeiros em 1955 para 5.081.496.000,00 em 1956. Uma queda de quase 700 milhões de cruzeiros.

Principais Fatores da Queda da Renda Agrícola

COUBE ao café a maior contribuição à queda da renda agrícola em São Paulo (e Paraná) no ano findo, já que esse produto sempre contribuiu com parcela considerável dessa renda. Segundo

estimativa da Secretaria da Agricultura do Estado, a safra de café rendeu, em 1956, cerca de 6,4 milhões de sacas, contra 10,8 milhões em 1955. Em consequência, a participação de café na renda bruta da agricultura caiu de 23 bilhões de cruzeiros, no ano anterior, para 14,7 bilhões no último ano. (Deve-se considerar que não houve, nos três últimos anos, oscilações ponderáveis nos preços do produto). Graças a essa queda de valor, a participação do café no total da renda caiu de cerca de 40% em 1955 para cerca de 27% em 1956.

O outro produto importante cuja renda sofreu uma redução considerável (700 milhões) foi o algodão, o que se deve, em primeiro lugar, à queda no volume da produção, decorrente das enormes dificuldades que enfrentaram os cotonicultores, notadamente nos setores do crédito, dos preços do arrendamento, etc. Aliás, houve redução da renda de quase todos os produtos agrícolas, sendo a exceção mais notável a da cana de açúcar — cuja produção, preços e renda aumentaram consideravelmente, em relação a 1955. Esse último fator é responsável pelo aumento do volume global da produção agrícola em 1956, relativamente a 1955. Se se excluir desse total (17,9 milhões de toneladas em 1955 e 19,6 milhões

em 1956) a produção da cana de açúcar, o volume global da produção agrícola terá sido de 4,8 milhões de toneladas no ano findo, contra 5,8 milhões em 1955.

IMPORTANTES FATORES DA QUEDA

A política do governo, de abandono dos agricultores à própria sorte, é a principal responsável por tudo quanto foi acima referido. O exemplo do algodão é típico. Milhares de cotonicultores foram obrigados a abandonar as lavouras, no ano findo, deixando de plantar, por falta de financiamento. Os bancos oficiais (da União e do Estado) negaram sistematicamente crédito aos agricultores. Mesmo o financiamento particular, já escorçante, tornou-se ainda mais difícil. Por outro lado, o governo do Estado negou-se a distribuir sementes, obrigando os lavradores a comprá-las, com grandes dificuldades. Na Alta Sorocabana a venda de sementes, em 1956, foi de apenas 368.700 sacas, contra 570.300 em 1955. Outro fator de redução das lavouras foi o preço escorçante do arrendamento, que chegou a ser fixado, em muitas regiões, em 40% da produção — e nunca em menos de 25%. A demora na fixação dos preços mínimos e os níveis baixos afinal fixados contribuíram,

também, para desestimular os cotonicultores.

Todos esses fatores influíram, em maior ou menor escala, na cultura dos diversos produtos agrícolas.

O QUE INTERESSA AOS AGRICULTORES

A QUEDA, de 10%, da renda bruta da agricultura paulista (fenômeno que, em diferentes medidas, pode se afirmar ter-se reproduzido em outros Estados) evidencia o quanto é urgente a mudança da política oficial em relação à agropecuária nacional. E isso implica em enfrentar a solução — de há muito exigida pelos lavradores e pecuaristas e por suas organizações — de problemas como o do crédito, da assistência técnica, da seleção e distribuição de sementes, do arrendamento rural, além de outros. Evidentemente não se poderá resolver, da noite para o dia, esse complexo de problemas. O que exigem os agricultores é que o governo enfrente a solução, a qual não pode ser desligada de medidas gerais tendo em vista facilitar ao camponês o acesso à terra e ao aproveitamento.

Voz dos Leitores

Carta Aberta de «A Voz do Povo» à Assembléa Legislativa de Alagoas

MACEIO, AL. (Do correspondente) — A direção do jornal local «A Voz do Povo» acaba de encaminhar à Assembléa Legislativa de Alagoas um documento que vem despertando a maior atenção nos meios políticos do Estado. O documento é uma carta aberta sobre a momentosa questão do aumento do imposto de vendas e consignações, que foi pedida ao legislativo através do projeto de lei n. 269, enviado do Executivo.

Aumento de 23%

Depois de mudar os parlamentares que derrotaram o projeto em primeira discussão, o jornal declara que o mesmo deve ser rejeitado até a sua votação final e acrescenta:

«Nada há sr. deputados, que possa justificar o aumento do imposto de vendas e consignações, mas há razões de sobra para rejeitá-lo. E a mais forte razão é realmente aquela a que se refere o governador Muniz Falcão em sua Mensagem de 21 de abril do ano passado, a essa Casa, ao ressaltar que «... a capacidade tributária do povo alagoense já se acha praticamente esgotada, pelas elevadas taxas dos impostos de incidência indireta em vigor, notadamente do imposto de vendas e consignações...»

O documento demonstra, a seguir, que o aumento pedido representa uma elevação de 23 por cento sobre a taxa sobrada atualmente (de 3,25% para 4,00%).

Solução sem carestia

«Recorrer a novos impostos — prossegue a carta aberta — é exigir do povo aquilo que ele não pode dar, é desconhecer o baixíssimo nível de vida da população de nosso Estado, é, enfim, encaminhar-se pela solução mais fácil e cômoda e que consiste em descarregar nas costas do povo o peso das dificuldades que atravessa Alagoas. Nesse erro, acreditamos, não incorrerão os deputados.»

Continuando, a carta mostra que o imposto de vendas e consignações é fator de elevação do custo da vida, pois sua incidência recai várias vezes sobre um mesmo produto: paga-o o produtor, o revendedor, o comprador e o consumidor, além de não distinguir o que é útil, o que é supérfluo e o que é luxo.

Solução Positiva

«Como tributo que cabe ser regulado pelos governos estaduais — diz o documento — segundo estabelece a Constituição brasileira, julgamos que é chegada a hora de se colocar em pauta o problema de discriminá-lo de acordo com as mercadorias em que incide, disciplinando esta incidência.»

Depois de sugerir que seja limitada a incidência sobre os produtos agrícolas e outros indispensáveis, e que não afetaria o total da arrecadação, a direção de «A Voz do Povo» declara-se contrária, em tese, à aprovação do imposto sobre vendas e consignações da maneira em que foi proposto pelo governador Muniz Falcão, mas não ficamos nesta tese, porque isso significaria desconhecer, e mesmo negar, as dificuldades econômico-financeiras em que está mergulhado o Estado.»

O jornal refere-se, em seguida, aos meios necessários para a cobertura das despesas com o aumento do funcionalismo, acrescentando:

«E esses meios, ao nosso ver, podem ser encontrados, de imediato, no seguinte:

1. Discriminação do imposto de vendas e consignações, dentro do critério exposto;
2. Modificações no órgão fiscalizador e arrecadador da Secretaria da Fazenda;
3. Aumento do imposto territorial, taxando-o mais fortemente sobre os latifúndios;

4. Compressão das despesas públicas, especialmente daquelas que são consideradas e reconhecidas como dispensáveis.»

Finalizando, «A Voz do Povo» aponta outras iniciativas que poderiam ser tomadas, visando o aumento da produção agropecuária, como medidas efetivas de reforma agrária, incentivo ao desenvolvimento industrial atraindo-se capitais de outros Estados, redução das tarifas de energia elétrica e outras.



FUGIR DA ROÇA PARA A CIDADE NÃO RESOLVE

DO sr. Nazareno Clavatta, de Ribeirão Preto (SP), recebe:

«O governo brasileiro tem o dever de atacar problemas que outros governos anteriores não quiseram ou não tiveram força para enfrentar, como os da produção e da carestia. Um quilo de farinha de trigo importada custa aqui 10 ou 12 cruzeiros, mas um quilo de arroz plantado no quintal de casa custa 20 ou 25 cruzeiros no Brasil. A causa disso não é que o brasileiro não quer plantar, como até gente honesta pensa. Mesmo que ele queira, não tem onde, pois a terra está nas mãos dos grandes fazendeiros e só se pode plantar à meia.»

Entretanto, se as terras produtivas fossem melhor distribuídas e divididas, a produção seria muito maior e o trigo, o arroz e o feijão custariam muito menos. Se as terras abandonadas perto dos municípios fossem plantadas, os produtos essenciais custariam barato. Mas se não se plantar, não se colhe, e por isso os operários e camponeses devem ter em mente que hoje no Brasil é preciso lutar para plantar e lutar para que cada um tenha seu pedaço de terra.

No Brasil, os trabalhadores da roça costumam fugir da roça e ir para a cidade, mas isso não dá certo, pois na cidade os espera a fome. Eles devem compreender essa questão e lutar nos seus sindicatos, fábricas e fazendas, unindo-se e debatendo democraticamente seus problemas.»

DERRUBARAM A CASA E EXPULSARAM OS MORADORES

DO Sr. Waldomiro Ramos, de Jaquirana (RS), recebeu:

«Há tempos atrás, apareceram na casinha onde morava a sra. Cristina Maria da Silva, viúva e mãe de 16 filhos, os srs. Gregório e Miguel Reis, que exigiram sua mudança imediata da residência. A pobre senhora argumentou que morava ali, onde tinha pequena plantação de arvoredos e pinheiros, porque aquilo era uma so-

bra de terreno que seu genro lhe havia dado, depois de uma transação de terras.

Os dois Reis, entretanto, que são dirigentes udenistas locais, utilizaram o sub-delegado de polícia (vulgo Tutinha) e derrubaram a casa a machadadas, expulsando arbitrariamente a viúva e seus filhos. Foi feita uma queixa na delegacia de polícia do município, pois o sub-delegado recusou-se até a fazer auto de corpo de delito.»

EXPLORAÇÃO E JAGUNÇO EM LUPIANÓPOLIS

DE um colono de Lupianópolis (Paraná), recebemos:

«Existe aqui em Lupianópolis uma fazenda pertencente ao grileiro Olímpio Martins, onde os colonos são explorados de todo jeito e reduzidos à miséria. O fazendeiro só paga Cr\$ 2,00 por cova de café e só permite que os colonos plantem, no vão do café, uma carreira de milho, uma carreira de

arroz ou dois pés de milho entre o café. Os colonos não podem plantar feijão, sendo obrigados a comprá-lo depois por altos preços.

As casas onde moram os colonos são péssimas e sem nenhuma higiene. Além disso, a fazenda ainda tem um jagunço como administrador, de nome Manoel Domingos, que vive procurando enganar e roubar os colonos com ameaças de chamar a polícia. Como se vê, essa situação não pode continuar.»

VITORIOSOS OS GRÁFICOS DE BELÉM DEPOIS DE UMA GREVE DE 73 DIAS

BELÉM, PA (Do correspondente) — Iniciada no mês de outubro do ano passado, chegou ao fim a mais duradoura greve de trabalhadores do país, durante o ano de 56, com a assinatura de um acordo entre empregados e empregadores. Durante 73 dias, duzentos e cinqüenta gráficos de Belém mantiveram-se estreitamente unidos, numa luta em que foram identificadas as manobras anti-operárias da Delegacia do Trabalho, da Associação Comercial do Pará e dos patrões interessados na derrota e desemprego dos gráficos.

Essas manobras, no entanto, chocaram-se contra a unidade dos trabalhadores, que conquistaram o aumento de salários (que os patrões, há seis meses, recusavam-se intransigentemente a negociar) e infligiram completa derrota ao inconstitucional decreto anti-greve 9.070.

A greve teve grande repercussão no Estado, sendo debatida na Assembléa Legislativa, na Câmara Municipal, nos sindicatos e entre o povo. Os gráficos contaram com a solidariedade de numerosos parlamentares, de confederações, federações e sindicatos de todo o país.

No acordo entre gráficos e patrões, foi aceito o aumento de 50 por cento sobre o que reivindicavam os trabalhadores, ou seja, Cr\$

30,00 de aumento por dia sobre o salário de julho de 1956.

Fim da paralização, os gráficos voltaram ao trabalho com mais confiança em suas forças, cientes da importância da unidade e da solidariedade dos trabalhadores. Os exemplos positivos e a rica experiência deixadas pela greve são um rico manancial com que contam os gráficos para suas lutas futuras.

Em pleno fogo da luta, foi eleita a nova diretoria do Sindicato dos Gráficos em uma ampla convenção dos grevistas. É a seguinte sua composição: presidente, Pedro Chagas; vice, Joaquim Moraes; 1º secretário, Jovino Amazonas; 2º secretário, José Bolívar; tesoureiro, Edivaldo Batalha.

MEDIDAS PREJUDICIAIS AOS OPERÁRIOS DA «CIA. SUZANO DE PAPEL CELULOSE»

DO correspondente da VOZ em Jundiapeba (SP), recebeu:

«Na Cia. Suzano de Papel Celulose, de sr. Leon Féfer, em Jundiapeba (subúrbio de São Paulo), onde trabalham cerca de 600 operários, foi instituído agora um regulamento que deturpa a maioria decorentes. O regulamento obriga os operários a entregar na portaria as suas

pastas com refeições, que devem buscar na hora do almoço. O pior que as pastas são amontoadas de qualquer jeito, o que prejudica seu conteúdo.

Antes da vigência do novo salário-mínimo, todos recebiam prêmios pela frequência. Agora, só alguns os recebem. Por outro lado, o reajustamento dos salários não está certo, pois há oficiais que ain-

da ganham apenas o mínimo, embora tenham que trabalhar com ferramentas caríssimas. Quanto ao abono de Natal, os patrões fizeram uma manobra que levou os próprios operários a darem abono uns aos outros. Quem recebeu Cr\$ 4.000,00 no ano de 1955 só obteve Cr\$ 2.000,00 ou menos em 1956.

VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável
Aydano do Couto Ferraz

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1712 Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Anual	100,00
Semestral	60,00
Trimestral	30,00
Núm. avulso	2,00
Núm. atrasado	3,00
Aérea ou sob registro, despesas à parte; Preço no R. G. Sul, Sta. Catarina, Paraná, Distrito Federal, São Paulo, E. Santo e Belo Horizonte	2,00
Goiás e interior de Amazonas e Territórios	4,00
Outros Estados	3,00
M. Gerais	2,50

SUCURSAIS:

SAO PAULO — Rua dos Estudantes n.º 84 s/ 28, 2º and. — Tel. 37-4983
PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, n.º 66, s/ 43.
RECIFE — Rua Floriano Peixoto n.º 85 — 3º and. — s/ 326.
FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco, n.º 1.248 — s/22 — Tel. 1-13-03.
SALVADOR — Rua Barão de Cotegipe, 67 — Edifício Zacarias, s/ 203 (Calçada)
JOAO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558 — 1º and. — Salas 3 e 4.



POR UM CAMINHO ITALIANO PARA O SOCIALISMO

Esta atividade de organização apresentava aspectos negativos que apareceram mais claramente na nova situação política criada pela vitória de 7 de junho. O trabalho de construção realizado pela cúpula nos primeiros anos da vida legal do partido ajudou a manter velhos métodos de direção pessoal ou pouco coletiva, métodos próprios à época de ilegalidade e da guerra partizan; criou na organização e entre os militantes o hábito de agir sobretudo para executar diretivas recebidas; favoreceu a formação de diafragmas na organização do partido, impediu uma mais rápida circulação de idéias e de energias. Causou, em suma, um enfraquecimento da vida democrática em todas as instâncias e, conseqüentemente, um enfraquecimento da luta política necessária contra todas as incompreensões e resistências, para realizar esta unidade real que é a condição para que o partido trabalhe com elan e capacidade de iniciativa. Durante longo tempo serviu-se de métodos cujos próprios sucessos de tal atividade de organização teriam permitido suprimir, correndo-se o perigo de tornar permanente, no seio de um grande partido de massa, a existência de uma organização restrita de quadros fortemente centralizada. Daí a tendência a criar «chefes de grupo», tendo tarefas administrativas e executivas, a limitar a vida política da célula, a não fazer dela um organismo de elaboração e de direção política, base de todo sistema fundado sobre o centralismo democrático. Daí os fenômenos de direção pessoal e de burocratização e a tendência dos permanentes a se colocar acima dos órgãos de direção. Erros graves também, de vigilância e de defesa da unidade política do partido, enfraqueceu a capacidade de aplicar a linha política.

O fato de ter tolerado a existência de zonas, mesmo vastas, de incompreensão, de resistência e de passividade política, e pois ausência de uma unidade política real de todo o partido, favoreceu também o retardamento e os limites impostos pela elaboração ideológica dos temas de nossa política; alguns destes temas representavam implicitamente o resultado de um desenvolvimento criador, mesmo no plano teórico do marxismo-leninismo. Uma importante parte do partido, em todos os escalões, permaneceu, ao contrário presa às regras de interpretação da realidade e às fórmulas, já superadas de fato pela experiência real do movimento operário italiano, ou não se preocupou em demonstrar a validade à luz também das novas condições e das novas experiências de luta. Isto retardou, todavia, a descoberta, o estudo, a compreensão da relação existente entre os diferentes aspectos de nossa política e de suas ligações com nossos princípios. Foi assim que a análise marxista dos processos objetivos de desenvolvimento da situação econômica e das transformações sociais e políticas subsequentes tornou-se mais difícil para a compreensão da relação entre as lutas reivindicatórias dos trabalhadores e das lutas pelas reformas de estrutura, entre a luta pela Constituição e a luta pelo socialismo, entre nossa participação na luta mundial pela paz e a luta pela renovação democrática e socialista da Itália.

Mesmo após a IV Conferência, que já chamara a atenção crítica do partido sobre estas questões, não se fizeram progressos decisivos para superar essas debilidades e esses erros. Em verdade, estes últimos só podem ser superados aplicando-se de maneira mais conseqüente o princípio leninista de que a organização do partido deve saber adaptar-se à política que o partido deve realizar. Nossa política, baseada nas perspectivas particulares de desenvolvimento da luta para o socialismo na Itália, exige um partido inteiramente ativo, combativo, vivo politicamente, rico de iniciativas, um partido que não se feche em esquemas estreitos de organização, que não se ocupe exclusivamente em organizar suas próprias forças, mas que tenda a torná-las novas, capazes de fazer assimilar continuamente sua ideologia e seu trabalho a todos os seus membros e de mobilizar em todas as direções, por atividades múltiplas que possam congregiar na luta um número sempre maior de militantes e das massas populares sempre mais amplas. Isto exige uma vida democrática mais intensa em toda a organização, no centro e na base, e uma mais ampla atribuição das tarefas e das responsabilidades de forma que não deixem inutilizadas as preciosas energias, a fim de que todos os militantes se ativizem, cada qual em seu próprio domínio, no sentido de estimular a base a dar a maior contribuição para a elaboração da linha política, da pesquisa e da realização de iniciativas em todos os domínios.

Os ensinamentos do XX Congresso do P.C.U.S. confirmaram a necessidade de um sério e incessante esforço para o desenvolvimento da vida democrática no seio do partido.

30. Democracia no seio do partido significa, em primeiro lugar e essencialmente, participação de todos os militantes na elaboração e na realização da política do próprio partido. A disciplina, que é um elemento essencial da organização comunista, deve ser a conseqüência de uma aceitação consciente da linha política e de uma adesão leal de todos os camaradas, à vontade da maioria. Não se obtém a disciplina política com medidas administrativas, mas lutando com firmeza e explicitamente contra todas as incompreensões e resistências, contra o maximalismo sectário e o reformismo revisionista, por uma unidade política real que não deve expressar-se em simples aprovação de fórmulas, mas na ação prática e de organização; o centralismo democrático deve garantir o máximo de vida democrática a todos os escalões do partido, e estimular assim a atividade de todos os aderentes, seu desenvolvimento político e ideológico, a fidelidade ao partido no espírito do devotamento dos interesses da classe operária e do povo, compromisso moral próprio ao militante revolucionário comunista.

Com essa finalidade é preciso fazer progredir com mais firmeza a ação, já empreendida pela IV Conferência, para que todos os órgãos regulares de direção política do partido, desde o Comitê Central até aos Comitês federais e aos comitês diretores provinciais, aos comitês de seção e de célula, exercam plenamente suas funções, sem que estas sejam exercidas de fato pela interferência dos órgãos de execução de trabalho corrente como os secretariados.

(PROJETO DE TESES PARA O VIII CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA ITALIANO)

Isso exige que os órgãos de direção política estejam mais próximos da base, que toda separação entre o Comitê Central e os comitês federais sejam eliminadas, que sejam suprimidos esses compartimentos estanques que, por motivo de uma divisão de trabalho excessiva e artificial, acentuaram e reforçaram, no aparelho central e às vezes mesmo nos aparelhos federais, a separação entre as diferentes comissões de trabalho, entervando assim o desenvolvimento de uma ação unitária de direção. As comissões de trabalho, centrais e provinciais, devem graças a uma coordenação mais estreita de suas atividades, ao contrário, serem instrumentos úteis para um aprofundamento, mesmo no domínio técnico, dos problemas levantados pelos órgãos de direção política, e se deve utilizar amplamente a contribuição em atividade e elaboração que possam vir dos camaradas que trabalham na produção, dos técnicos e dos intelectuais.

A fim de garantir uma direção política mais eficaz e uma vida política mais intensa em todo o partido, com uma troca mais rápida de energia e de experiência, será por outro lado útil:

a) reduzir o número dos membros dos Comitês federais, provinciais e melhorar sua qualificação a fim de que possam exercer mais eficazmente a função de direção que lhes cabe;

b) constituir, em cada província, os comitês diretores provinciais, reduzindo nêles o número dos membros dos secretariados, e limitando a competência dos mesmos;

c) garantir a presença nos órgãos de direção política dos camaradas operários, camponeses e intelectuais ligados à produção.

Os comitês regionais, eleitos na assembleia dos comitês federais da região, continuarão a existir na Sicília, na Sardenha e no Trentino — Alto Adige, para dirigir a política de defesa e de desenvolvimento da autonomia e o renascimento da região.

Os camaradas permanentes constituem instrumento indispensável da luta revolucionária travada pelo Partido Comunista. Realiza a tarefa necessária de promover e de organizar, diariamente um trabalho de todos os militantes para a realização das tarefas estabelecidas pelos órgãos de direção política. É necessário que essa função seja compreendida por todo o partido em seu justo valor, com a finalidade de conseguir também que os melhores militantes sintam orgulho de dedicar toda a sua vida ao preço de qualquer sacrifício, a servir a classe operária e o povo. A autoridade e a qualificação dos permanentes devem ser elevadas, e nesse sentido uma seleção mais contínua e mais severa, confiada ao controle e à apreciação política dos órgãos eleitos pelos Congressos, será útil.

31. Para melhorar o trabalho de todo o partido devemos dedicar maior atenção às seções e às células porque à sua capacidade política está confiada, em última análise, a realização da política do partido.

A seção deve tornar-se cada vez mais ativa em iniciativas políticas e a base para uma organização de todos os aderentes para realizar a política do partido e para realizar as ações unitárias de massa. Isso exige que para o comitê diretor de seção sejam eleitos os camaradas mais capazes, e que o funcionamento democrático, permita que todos os membros do comitê prestem sua contribuição ao trabalho de direção política e de organização de atividade da seção.

A célula deve adquirir plenamente seu caráter de órgão político de deliberação, de órgão político de base capaz de orientar todos os militantes, mobilizá-los para realizar as tarefas do partido e torná-los ativos nas organizações sindicais e de massas. Grande esforço deve ser realizado para enriquecer a vida política da célula, para persuadir os melhores militantes a cumprir plenamente seu dever político e a exercer seus direitos. É no âmago da célula que pode ser ganha a batalha que vise a tornar ativo todos os militantes e, por conseqüente, a incorporar totalmente na ação política a energia de dois milhões de aderentes.

Órgão político de trabalho, a célula se reúne em assembleia para discutir a política do partido, e para estudar a maneira de realizá-la nas condições particulares em que ela atua. Não só a assembleia de célula elege o comitê diretor e seu secretário, mas também ela distribui aos diferentes camaradas as tarefas de trabalho permanente, as tarefas que dizem respeito às atividades particulares — propagandista, difusores da imprensa, responsáveis por seção eleitoral, etc. — ou objetivo determinado; ela organiza a ação permanente de proselitismo e controla sua execução, garante a participação de todos os aderentes a diferentes organizações de massa, e mantém a necessária disciplina política e de organização.

A variedade das situações sociais e políticas que existem em nosso país exigem uma grande flexibilidade em matéria

de organização, e uma política de organização que longe de se ater a esquemas uniformes para todo o país, procure de maneira original os meios de reunir, orientar e mobilizar os militantes e para utilizar as energias disponíveis no partido a fim de melhor estabelecer as ligações com diferentes camadas da população trabalhadora. Por isso, o esforço de organização deve orientar-se no sentido de encontrar formas sempre novas e mais eficazes de direção, de ligação entre as federações e as seções entre as seções e as células e novas formas de organização de militantes (comitês de cidade, comitês de seção eleitoral, grupos de trabalho, etc.), sempre com o objetivo de criar em todo o partido uma vida política mais intensa e por conseqüente um trabalho mais eficaz entre as massas trabalhadoras.

É nesse sentido que se deve, por exemplo, abordar os problemas surgidos em virtude das condições de vida particulares criadas para o desenvolvimento das grandes aglomerações industriais e pela situação hoje existente numa tão grande parte da indústria italiana, que impedem frequentemente as células de empresa de exercer plenamente sua função essencial de orientar politicamente e de dirigir as lutas dos operários comunistas dentro e fora da empresa. Essa situação exige que, reforçando-se a organização comunista nas empresas, dedique-se uma atenção particular à participação dos comunistas aderentes nas células de empresas à atividade política e social da seção do bairro onde residem e se assegure sua presença às reuniões da célula a que estão agregados onde moram. Além disso, é necessário, fora dos esquemas habituais de organização, estimular nos organismos do partido a procura atenta e original de todas as formas novas de ligação e de organização que possam de certa maneira corrigir os defeitos atuais de funcionamento da célula de empresa, para conseguir assim melhorar e reforçar a ação dos comunistas entre as massas operárias e garantir a presença do partido nas empresas.

No que diz respeito à célula de mulheres é indispensável superar os defeitos que reduzem a atividade delas unicamente aos problemas específicos e imediatos do movimento feminino em detrimento da formação política dos quadros femininos e do próprio desenvolvimento do movimento democrático das mulheres. A célula feminina é, assim como qualquer outra, uma instância de base do partido que tem o dever de discutir e de aplicar toda a política do partido e deve ser, por conseqüente, dirigida pelo comitê diretor da seção.

32. O partido articula sua organização de modo a estabelecer as mais vastas ligações com as massas trabalhadoras e com essa finalidade organiza a atividade dos comunistas entre as massas do povo em cada domínio da vida econômica e social. Nas seções e nas células atua no sentido de que nenhum comunista falte a seu primeiro dever, e de dar a maior contribuição ao desenvolvimento dos sindicatos, ao movimento cooperativo, do movimento de defesa dos camponeses, dos artesãos, e de toda atividade de massa em diversos domínios da vida social, atividade onde se expressa importantes fatos da vida cotidiana de milhões de cidadãos. Devemos, ao contrário, considerar como profundamente errado e prejudicial o hábito de atribuir aos organismos de partido as tarefas que são da alçada das organizações de massa e fazê-las cumprir. Cada organização de massa possui seu campo particular de ação e deve possuir seu próprio funcionamento interno autônomo e democrático.

a) a tarefa fundamental dos comunistas, no domínio sindical, é a de conquistar todos os trabalhadores para a orientação unitária, para a vida e a ação no sindicato. Os comunistas que militam no sindicato não se reagrupam correndo para conquistar postos de direção e posições de controle ou para estabelecer de antemão as decisões a serem tomadas no seio da organização sindical, mas atuam unidos — no âmbito da disciplina do sindicato — para a colaboração com todas as organizações sindicais, operárias e democráticas que colocam as questões dos direitos dos trabalhadores entre seus objetivos. Consideram hoje que sua finalidade básica é trabalhar para a criação de uma nova organização sindical unitária dos trabalhadores italianos, que tenha como programa básico a Constituição da República.

Conclusão Das Teses do PCI

EM NOSSA próxima edição enviaremos a publicação do Projeto de Teses elaborado pelo CC do PCI para o VIII Congresso do Partido, recentemente realizado. Em face da carência de espaço, fomos forçados a publicar o documento dividindo-o em partes, durante muitas semanas. Chamamos, porém, a atenção do leitor para a importância das teses lidas no Congresso do PCI que, ao lado das questões específicas da situação interna da Itália e do movimento socialista italiano, abordam problemas que interessam a todo o movimento socialista mundial e aos debates que se seguirão em seu seio, merecendo, por isso, cuidadosa atenção.

Exijamos do Congresso a Anulação do Acôrdio!

INSUSPEITO PORTA-VOZ DO ENTREGUISMO DECLARA QUE OS ESTADOS UNIDOS CONTAM COM A BASE DE FERNANDO DE NORONHA PARA A TRANSFORMAÇÃO DA "GUERRA FRIA" EM CONFLAGRAÇÃO MUNDIAL — SE RATIFICASSE A ENTREGA DA BASE, O CONGRESSO NACIONAL COMPROMETERIA A INDEPENDÊNCIA, A SEGURANÇA E O FUTURO DO BRASIL

DEVERÁ estar pronta, em agosto, a base norte-americana em Fernando de Noronha, se o Congresso não anular o acôrdio de cessão daquela parte do território brasileiro aos Estados Unidos. Antes mesmo da assinatura do ajuste, técnicos e militares ianques desembarcaram na ilha, de cinco navios de guerra, e lá estiveram por vários dias, adotando providências preliminares para instalação da base. Esse fato, denunciado pela imprensa, e que constitui um grosseiro atentado à nossa soberania, foi sonegado à opinião pública pelo governo, que chegou a proibir a entrada de jornalistas em Fernando de Noronha, para evitar a verificação da denúncia, agora finalmente comprovada: lá estão, no território da ilha, os marcos da passagem dos batelões do Pentágono, a demarcação do terreno para instalações, nos vestígios de sua alimentação, na estação de radar que deixaram e no testemunho dos habitantes. Ai se revela a pressa febril com que os militaristas norte-americanos preparam a base agressiva, onde se instalará, inicialmente, um contingente de ocupação formado por cem oficiais e quinhentos subalternos. A propósito, esclarece o «Correio da Manhã», insuspeito partidário da entrega: «Isso demonstra a urgência com que os Estados Unidos desejam contar com a importante base, naturalmente receosos de que a «guerra fria» entre o leste e oeste se transforme, de um momento para outro, numa conflagração mundial, que bem poderia surgir do conflito no Oriente Médio ou de uma nova agressão liberticida contra os países da «cortina de ferro», que tentam livrar-se da tirania do Kremlin». Por trás dessa linguagem provocativa, típica da «guerra fria», está a verdade, que o «Correio da Manhã» denuncia: todo o esforço dos círculos agressivos dos Estados Unidos visa a transformar a «guerra fria» em guerra quente, e Fernando de Noronha faz parte desse esforço — móvel número um da entrega da ilha brasileira para base ianque de delegados.

PARA QUE A BASE DE FERNANDO DE NORONHA?

OS objetivos da base de delegados de Fernando de Noronha, segundo categorizações dos porta-vozes dos interesses dos militaristas do Pentágono:

1. «As guerras modernas são totais e afetam todos os setores da atividade civil, tanto quanto da atividade mi-

litar. Ora, a segunda guerra mundial demonstrou como pode ser valiosa a cooperação brasileira... Nosso território, como as bases de Natal, foi ponto de apoio para a descida em terras da África e da Europa. Com o desaparecimento das distâncias, graças aos engenhos modernos que

nos colocam a poucas horas de vôo do continente africano e, pois, do continente europeu, pode-se afirmar... que somos vizinhos desses dois outros continentes.» Acrescenta o sr. Vicente Rao, autor das declarações acima reproduzidas («Estado de São Paulo», 23 de dezembro) que aquelas circunstâncias «podem representar um elemento útil para nós e nossos aliados», isto é para os planos belicistas dos Estados Unidos, aos quais, segundo aquele velho fascista, devemos estar ligados.

2. «Todos sabem que, se por infelicidade da Humanidade, se realizarem os prognósticos, hoje correntes, de uma terceira guerra mundial, possível e provavelmente o nordeste brasileiro será o primeiro teatro da luta.» «Seria um crime não nos prepararmos com a guerra à vista.» (Macedo Soares, entrevista à imprensa carioca, 21 de dezembro).

3. «Não há, atualmente, paz, no sentido integral do vocábulo. Há guerra fria e iminência do conflito generalizado entre o comunismo internacional e as potências democráticas.» «Pertencemos à ala das potências ocidentais, adversárias do comunismo internacional.» (Editorial do sr. João Neves da Fontoura em «O Globo» de 25 de dezembro).

4. «Assegurar tal estação (isto é, a base de Fernando de Noronha) significa que nós trocamos a terceira posição pela segunda. ESTA SEGUNDA POSIÇÃO É AQUELA QUE NÓS ADOTAMOS PREVIAMENTE, QUANDO OS ESTADOS UNIDOS FORAM ENVOLVIDOS EM UMA GUERRA MUNDIAL.» (Macedo Soares, declarações a uma agência telegráfica estrangeira. «Estado de São Paulo», 18 de dezembro).

F. DE NORONHA E SUEZ

OS PLANOS belicistas dos círculos agressivos norte-ame-

ricanos têm sua expressão mais clara, agora, na chamada «Doutrina Eisenhower», que visa, segundo o próprio presidente dos Estados Unidos, a «preencher o vácuo» deixado no Oriente Médio quando os povos árabes tangeram de seus países os colonialistas franceses e britânicos. Apesar das palavras escolhidas com que Eisenhower procurou disfarçar sua «doutrina» colonialista, tornou-se impossível aos próprios imperialistas ocultar o verdadeiro caráter de seus planos. Estes se destinam, na verdade, a colonizar os países árabes, inclusive pela força, se aqueles países recusarem — como já recusaram — os «protetores» ianques.

E' em face disso que o governo dos Estados Unidos procura apressar a construção de um anel de bases em torno do Oriente Médio, bases de agressão aos povos árabes. A pressão de Washington para obter concessões de bases se exerce inclusive sobre alguns desses países. Recentemente a Síria opôs enérgica recusa às pretensões ianques, nesse sentido. E, ainda agora, o Irã adota idêntica atitude, negando-se a permitir a instalação, em seu território, de uma base norte-americana de armamentos atômicos e telegráficos. Já do governo do sr. Juscelino Kubitschek o Departamento de Estado conseguiu a concessão em Fernando de Noronha, e pretende conseguir mais.

Está clara a relação entre a «Doutrina Eisenhower» e a instalação de bases ianques no Brasil. Quem o confessa é o próprio sr. Macedo Soares, que já perdeu completamente a noção de dignidade nacional para transformar-se em uma espécie de sub-secretário do Departamento de Estado. «Como já disse o secretário de Estado norte-americano, sr. Foster Dulles — afirmou ele a guerra está à

vista. Nesta emergência, temos de nos pautar pelo que nos ditam os fatos específicos. Todos sabemos, por exemplo, que o caso de Suez não se resolveu. Temos, assim, de tomar nossas precauções. A referência a fatos específicos, logo completada com o exemplo de Suez, deixa claro o pensamento do chanceler teleguiado, que vem se revelando muito esclarecido a respeito dos planos belicistas de Washington.

MACEDO SOARES, SUB-SECRETÁRIO DE FOSTER DULLES

ARVORANDO-SE a defensor número um das pretensões norte-americanas no Brasil, o sr. J. C. de Macedo Soares colocou-se fora da nação, convertendo-se numa espécie de sub-secretário de Foster Dulles, guiado pelo embaixador de Washington, Brigs. Não se contenta ele em transformar o Itamarati numa sucursal do Departamento de Estado, aviltando a Casa de Rio Branco, fazendo caso omissivo das

opiniões e pareceres dos ponderáveis setores políticos e militares que põem em primeiro lugar os interesses nacionais. O sr. Macedo Soares usa, também, publicamente, uma linguagem insultuosa aos brios nacionais, falando como um funcionário do Departamento de Estado ianque.

«Os Estados Unidos podem contar com o Brasil» — proclama ele, em entrevista a uma agência telegráfica ianque, num momento em que o povo brasileiro diz precisamente o contrário. E acrescenta, despindo-se de toda a dignidade que o cargo lhe impõe: — «Quanto mais fortes forem os seus aliados, MELHOR PARA OS ESTADOS UNIDOS».

Os patriotas brasileiros não podem senão repudiar essa linguagem aviltante, e exigir que saia da Casa de Rio Branco esse ministro que renunciou à condição de brasileiro.

Defesa Contra Quem?

O ACÓRDO de Fernando de Noronha foi obtido mediante uma dupla chantagem: de um lado, o Departamento de Estado utilizou a ameaça da «guerra à vista» para obter a concessão; de outro lado, os srs. JK e Macedo Soares recorreram à chantagem guerreira para justificar sua capitulação ante Washington. E, assim, em nome da «defesa do hemisfério», a ilha brasileira foi entregue aos belicistas de uma potência estrangeira.

Mas, quando se alega «defesa do hemisfério», surge a primeira pergunta: defesa contra quem? Alega-se a defesa contra uma pretensa «agressão soviética». Mas os fatos demonstram que não existe uma tal ameaça. A União Soviética e todos os países socialistas empenham-se em constantes e incansáveis esforços pela distensão internacional. Testemunho irrecusável dessa política de paz — decorrente da própria natureza do regime socialista, que exclui qualquer objetivo de conquista ou colonização de países alheios — é a recente proposta sino-soviética de dissolução de todos os blocos (inclusive o de Varsóvia, ditado pela necessidade de defesa ante a agressiva Aliança do Atlântico) e sua substituição por um sistema de tratados de segurança coletiva, na Europa e na Ásia. Quem prepara uma agressão não propõe medidas como essa, de dissolução de todos os blocos militares.

Alega-se a situação na Hungria, para demonstrar supostos propósitos agressivos da URSS. Os fatos demonstram que também isso é falso. A situação húngara está normalizada no essencial e só constituiu ameaça à paz mundial na medida em que os imperialistas tentaram intervir nos assuntos internos daquele país. Derrotadas essas tentativas, com a ajuda fraternal da União Soviética, aquela ameaça à paz foi no essencial afastada. Por fim, também é claro que não vêm da União Soviética nem dos povos árabes quaisquer ameaças de guerra no Oriente Médio. Ali ocorreu uma agressão imperialista anglo-francesa contra o Egito, que foi derrotada. O novo agravamento da tensão no Oriente Médio decorre precisamente das tentativas dos imperialistas ianques de substituírem, naquela região, seus sócios franco-britânicos em retirada.

Na verdade, ninguém ameaça o Brasil, nem os Estados Unidos, nem o Continente de uma «agressão externa». A verdadeira ameaça está, agora, na «Doutrina Eisenhower», doutrina agressiva que visa colonizar pela força os povos árabes. E' esta a verdadeira doutrina da guerra, na qual os Estados Unidos querem envolver-nos, fazendo de nosso território um trampolim de agressão. Isso constitui, para nós, a real ameaça não somente de guerra, mas de liquidação de nossa soberania, de interferência norte-americana em nossos negócios internos. Isso já está constituindo, para nós, na prática, a base de uma política de repressão ao movimento patriótico e democrático, cujo esmagamento é condição para que os imperialistas ianques se instalem no Brasil.

O povo brasileiro exige que o Congresso Nacional examine o acôrdio de Fernando de Noronha à luz da realidade, e dos interesses nacionais, e o anule, a bem dos interesses da soberania e da segurança do Brasil. A anulação desse acôrdio lesivo é possível, desde que a vontade nacional seja levada ao Congresso, através de um grande movimento de massas.

FERNANDO DE NORONHA SERIA O PRIMEIRO PASSO

FERNANDO de Noronha não é o único — é apenas o primeiro ponto do território brasileiro onde os militaristas do Pentágono pretendem instalar bases militares. Eis os fatos:

★ Em conversações que se desenrolam nos bastidores, o Departamento de Estado está exigindo concessões para instalação de bases militares na Ilha das Rocas, Ilha da Trindade e no litoral de Alagoas. O pedido dessas concessões foi feito juntamente com o de Fer-

nando de Noronha; em face das dificuldades encontradas para a cessão desta ilha, foi deixado para depois. Os ianques consideram que, dado o primeiro passo, os seguintes serão mais fáceis.

★ Muito propositadamente, no acôrdio de Fernando de Noronha foi incluída uma cláusula (item 6 da nota do governo brasileiro), segundo a qual é reconhecido «o aumento das responsabilidades» do Brasil face à «defesa do hemisfério». e fica estabelecido que os go-

vernios brasileiro e norte-americano estudarão, posteriormente, as consequências desse «aumento de responsabilidades». Aquela cláusula foi incluída no ajuste de Fernando de Noronha precisamente para abrir caminho a novas concessões.

★ O próprio Itamarati e, particularmente, o sr. Macedo Soares, não ocultam que já estão em andamento «projetos» visando atender àquele «aumento de responsabilidades». Citando aquelas fontes, o «Estado de São Paulo» de 18 de dezembro informava que, entre os projetos a serem executados, figura «o relativo à rodovia litorânea, ligando as três principais cidades do Nordeste, que serão bases potenciais na eventualidade de uma guerra. Esta rodovia permitiria o movimento, por terra de suprimentos militares que deveriam ser transportados pelo ar ou por mar, aliviando assim, os navios e aviões que seriam empregados em outras funções».

★ O correspondente da AFP em Washington, Stanfort Bradshaw, informou, a 29 de janeiro, que nos círculos militares da capital ianque e no Departamento de Estado cogita-se de realização, pela Comis-

são Mistra Brasil-Estados Unidos, de estudos visando: 1) fornecimento ao Brasil de aviões militares, particularmente aeronaves para transporte de tropas; 2) expansão do batalhão aerotransportado brasileiro, que passaria a ter efetivo de um regimento e ao qual seriam fornecidos norte-americanos; 3) novo plano de «assistência» ao Exército brasileiro; 4) venda ou doação ao Brasil de destróiers da reserva da Marinha ianque; 5) fornecimento ao Brasil de projéteis teleguiados de curto alcance, tipo «Nike».

★ Esses fatos indicam que está em marcha o plano de transformação de nosso território em uma vasta base militar norte-americana para a agressão aos povos livres, o que além de envolver o Brasil em aventuras bélicas contrárias aos seus interesses, à sua independência, à sua segurança e ao seu futuro, implicaria, desde logo, em sobrecarregar a economia nacional e todo o povo com gigantescas despesas improdutivas, capazes de levar-nos ao caminho da catástrofe financeira e da ruína.

O Perigo a Que Nos Expomos

A BASE norte-americana de Fernando de Noronha coloca o Brasil à mercê dos ataques externos, que se seguiriam ao primeiro sinal de um conflito em que se envolvessem os agressores norte-americanos. O próprio sr. Macedo Soares, com revoltante desprezo pela segurança de nosso povo e de nosso território, declarou, friamente, que, em caso de guerra, «o nordeste brasileiro seria o primeiro teatro de operações». Esta é, aliás, a opinião dos círculos do Pentágono, revelada em telegrama da AFP, procedente de Washington e datado de 22 de dezembro: «O Brasil estará, de agora em diante, mais vulnerável ao ataque de um eventual agressor». Pode-se imaginar o que significa ser «vulnerável a um ataque» ou ser «o primeiro teatro de operações» em uma guerra de hoje, como o emprêgo das armas atômicas e de hidrogênio, assim como dos projéteis teleguiados, que possuem enorme poder de destruição. E', pois, a esse perigo de destruição em massa que a entrega de Fernando de Noronha expõe nosso território e nosso povo.